

**DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO E
DO FUNCIONAMENTO**

Perfil



DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE ASSOCIADOS AO CONACI

2012-2013

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO – CONACI

Sede:

SBN Quadra 2, Bloco H, Sobreloja, Salas 05 a 11, Edifício Central Brasília.
Asa Norte,
Brasília, Distrito Federal.
CEP – 70040-904

Endereço para correspondência:

Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar,
Centro, Vitória-ES.
CEP – 29010-150

Secretaria Executiva: (27) 3636-5395

E-mail: conaci@conaci.org.br

Site: www.conaci.org.br

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO – CONACI

PRESIDENTE

Angela Maria Soares Silves
Secretária de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo

1ª VICE PRESIDENTE

Rosa Maria Barros Tenório
Controladora Geral do Estado de Alagoas

2ª VICE PRESIDENTE

João Alves de Melo
Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Ceará

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Maria Ivonete Bezerra de Sá Thiebaut
SECONT/ES

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Coordenador do Grupo

Eugenio Manuel da Silva Machado
Auditor Geral do Estado do Rio de Janeiro

Luiz Ricardo Calixto
Márcio Romano
Viviane Miranda S. do Nascimento
Izabel Christina de Alcantara Figueiredo Pimenta

Controladoria Geral do Ceará

Marcelo de Sousa Monteiro
Sílvia Helena Correia Vidal

Controladoria Geral de Minas Gerais

Henrique Hermes Gomes de Moraes
Rafael Grossi Gonçalves Pacífico

LISTA DE SIGLAS

CGU - Controladoria Geral da União

Conaci - Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno

Coso - *Committee of Sponsoring Organizations*

FJV - Fundação João Pinheiro

FNCI - Fórum Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal

IFAC - *International Federation of Accountants*.

Intosai- *International Organization of Supreme Audit Institutions*

LAI - Lei de Acesso à Informação

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCU - Tribunal de Contas da União.

AC - Acre

AL - Alagoas

AP - Amapá

AM - Amazonas

BA - Bahia

CE - Ceará

DF - Distrito Federal

ES - Espírito Santo

GO - Goiás

MA - Maranhão

MT - Mato Grosso

MS - Mato Grosso do Sul

MG - Minas Gerais

PA - Pará

PB - Paraíba

PR - Paraná

PE - Pernambuco

PI - Piauí

RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

RS - Rio Grande do Sul

RO - Rondônia

RR - Roraima

SC - Santa Catarina

SP - São Paulo

SE - Sergipe

TO - Tocantins

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Distribuição dos órgãos de controle por período de criação | 17 |
| Figura 2: Representação das nomenclaturas adotadas pelos órgãos | 20 |
| Figura 3: Formas de execução de auditorias | 21 |
| Figura 4: Etapas do trabalho de Auditoria | 27 |
| Figura 5: Macrofunção do Controle Interno segundo PEC n.º 45/2009 | 32 |
| Figura 6: Distribuição geográfica da execução da macrofunção Auditoria Governamental | 35 |
| Figura 7: Distribuição geográfica da execução da macrofunção Corregedoria | 38 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Distribuição dos órgãos de controle interno por período de criação | 19 |
| Gráfico 2: Órgãos de controle interno por adoção de instrumentos de Planejamento | 20 |
| Gráfico 3: Distribuição dos órgãos de controle interno por forma de atuação | 25 |
| Gráfico 4: Distribuição dos órgãos de controle interno por Auditoria de Sistemas | 25 |
| Gráfico 5: Distribuição das metodologias de auditoria | 28 |
| Gráfico 6: Serviços aos cidadãos disponibilizados nos sites dos órgãos de controle interno | 45 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Distribuição dos órgãos por tipo de auditoria e atividades | 24 |
| Tabela 2: Distribuição dos órgãos por execução de atividades de Auditoria de Sistemas | 25 |
| Tabela 3: Distribuição dos órgãos de controle interno por momento das auditorias que executam | 26 |
| Tabela 4: Distribuição dos órgãos de controle interno por origem das auditorias realizadas por demandas especiais | 26 |
| Tabela 5: Distribuição dos órgãos de controle interno por critérios adotados para definição das auditorias realizadas | 28 |
| Tabela 6: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados | 29 |
| Tabela 7: Distribuição dos órgãos de controle interno por metodologias nos padrões intencionais adotadas para gerenciamento dos controles internos | 30 |
| Tabela 8: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados | 30 |
| Tabela 9: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados percentual médio ou aproximado de implementação das recomendações sugeridas | 31 |
| Tabela 10: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de Auditoria Governamental realizadas | 34 |
| Tabela 11: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de Controladoria realizadas | 36 |
| Tabela 12: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de Correição | 37 |
| Tabela 13: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de ouvidoria realizadas | 39 |
| Tabela 14: Distribuição dos órgãos de controle interno por itens que compõem o Relatório Anual da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo | 40 |
| Tabela 15: Distribuição dos órgãos de controle interno por tipo de produtos gerados pelo Controle Interno para compor a Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo | 41 |
| Tabela 16: Distribuição dos órgãos de controle interno por áreas avaliadas para atendimento às demandas do Tribunal de Contas | 42 |
| Tabela 17: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados para atendimento às demandas do Tribunal de Contas | 42 |
| Tabela 18: Utilização da internet pelos órgãos de controle interno | 43 |
| Tabela 19: Links para outros sites disponibilizados pelos órgãos de controle internos | 44 |
| Tabela 20: Informações disponibilizadas nos sites dos órgãos de Controle Interno | 45 |
| Tabela 21: Informações disponibilizadas, via internet, pelos órgãos de Controle acerca das denúncias recepcionadas | 46 |
| Tabela 22: Distribuição dos órgãos de controle interno por adequação e observância à Lei de Acesso à Informação - LAI e gestão do portal da transparência | 47 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 METODOLOGIA | 13 |
| 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA | 13 |
| 2.2 OBJETIVO DA PESQUISA | 15 |
| 2.3 POPULAÇÃO PESQUISADA | 15 |
| 2.4 COLETA DE DADOS | 16 |
| 2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 17 |
| 2.6 ANÁLISE DE DADOS | 17 |
| 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 18 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO | 18 |
| 3.1.1 Organização e estrutura dos Órgãos de Controle Interno no Brasil | 18 |
| 3.1.2 Funcionamento dos Órgãos de Controle Interno no Brasil | 21 |
| 3.1.3 Áreas de atuação dos Órgãos de Controle Interno | 21 |
| 3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS | 26 |
| 3.2.1 Etapas do trabalho de Auditoria | 26 |
| 3.2.2 Critérios para definição do início dos trabalhos de auditoria | 27 |
| 3.2.3 Metodologias para execução dos trabalhos de auditoria | 28 |
| 3.2.4 Comunicação dos trabalhos de auditoria | 29 |
| 3.2.5 Metodologias para gerenciamento de Controles Internos | 30 |
| 3.2.6 Destino dos trabalhos de auditoria | 30 |
| 3.2.7 Monitoramento das recomendações sugeridas | 31 |
| 3.3 MACROFUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO, SOB A ÓTICA DA PEC N.º 45/2009 | 32 |
| 3.3.1 Auditoria Governamental | 34 |
| 3.3.2 Controladoria | 36 |
| 3.3.3 Corregedoria | 37 |
| 3.3.4 Ouvidoria | 39 |
| 3.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DESENVOLVIDAS | 40 |
| 3.4.1 Prestação de Contas do Governador | 40 |
| 3.4.2 Demandas do Tribunal de Contas | 41 |
| 3.5 DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS DA INTERNET E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO | 43 |
| 3.5.1 Site dos órgãos de controle interno | 43 |
| 3.5.2 Informações disponibilizadas pelos sites dos órgãos de controle interno | 44 |
| 3.5.4 Canal de denúncias disponibilizado na internet | 45 |
| 3.5.5 Portal da transparência e procedimentos da LAI | 46 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS | 48 |
| GLOSSÁRIO | 49 |
| ANEXO - QUESTIONÁRIO | 52 |
| | 57 |

1. INTRODUÇÃO

A velocidade da informação e do conhecimento transita por todos os setores da sociedade, inclusive pela Administração Pública, que tem utilizado novas tecnologias para a consecução de seus objetivos. A inclusão de tecnologias oferece benefícios, tais como a inserção de novos recursos e formas racionalizadas de execução de tarefas. No entanto, também promove transformações nos processos de modo acelerado, ocasionando uma instabilidade nos ambientes.

Nesse contexto de mudanças recorrentes, a informação estratégica possui um papel relevante, na medida em que pode oferecer soluções criativas, auxiliar na tomada de decisões e subsidiar negociações. Na gestão pública, a coleta de informações estratégicas pode ser realizada por intermédio de ações que estimulem a troca de experiências, aprendizagem conjunta, disseminação de boas práticas e divulgação de soluções a problemas comuns.

O benchmarking é justamente isso, ou seja, um processo de busca das melhores práticas, que pode auxiliar no desempenho organizacional, embora ainda seja pouco difundido nos órgãos públicos brasileiros. Nesse diapasão, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), consciente da necessidade de promover o intercâmbio de conhecimentos, estabeleceu, no Plano Estratégico 2012-2013 e na Agenda Técnica, diretrizes para a promoção de estudos e debates acerca de temas de interesse do Sistema de Controle Interno.

Assim, devido ao lapso temporal decorrido desde os últimos estudos que abordaram o perfil dos Órgãos de Controle Interno (FJP, 2009 e FNCI, 2006), e a ocorrência de novos fatos diretamente relacionados às estruturas dos órgãos de controle, tais como o envio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 45/2009¹ ao Poder Legislativo e a aprovação da Lei n.º 12.527/2011², verificou-se a necessidade de atualização dos dados de tais pesquisas de modo a obter informações

¹ Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 45/2009, objetiva adicionar à Carta Magna regras para a organização das atividades de Controle Interno, em especial a instituição de macrofunções, a saber: Ouvidoria, Controladoria, Auditoria Governamental e Correição.

² Lei de Acesso à Informação, que estatui regras para promoção da transparência dos atos públicos e favorece o fortalecimento do controle social.

tempestivas.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo investigar a organização e o funcionamento dos Órgãos Centrais de Controle Interno integrantes do Conaci, e, justifica-se pela necessidade crescente de promover a integração entre eles, já que auxiliam no processo de implementação de controles, tanto preventivos quanto corretivos.

Para atingir os objetivos propostos, foram aplicados questionários para coleta de dados, considerando um universo de 33 (trinta e três) órgãos centrais de controle interno, sendo 26 (vinte e seis) representantes dos estados, 01 (um) do Distrito Federal e 06 (seis) municípios capitais dos estados.

Cabe ressaltar que a presente pesquisa limitou-se a retratar as informações coletadas nos questionários, não foram realizadas visitas *in loco* aos órgãos e verificações adicionais para corroborar as respostas obtidas.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: [1] Introdução, [2] Metodologia, [3] Resultados obtidos, [4] Considerações Finais.

2 METODOLOGIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Embora as instituições representantes dos órgãos de controle dos recursos públicos remontem a tempos distantes³, tendo sido a matéria regulada em dispositivos legais desde a primeira Constituição da República Brasileira de 1824, perpassando nas constituições seguintes (1891, 1930, 1934 e 1946), somente em 1964, com a edição da lei n.º 4.320, foi prevista⁴ a bipartição do controle em interno e externo.

Em seguida, tanto o Decreto-Lei n.º 200/67, quanto a Constituição de 1967, dispuseram acerca do Controle Interno, porém, a obrigatoriedade da sua instituição restringia-se ao Poder Executivo. Após, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a ampliação do alcance da democracia, cresce a importância do Controle Interno (RIBEIRO, 1997).

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2001, os Órgãos Centrais de Controle Interno ganharam ainda mais destaque, pois, a LRF incorporou inúmeros dispositivos abordando as obrigações e responsabilidades de gestores públicos, permitindo incorporação de entendimentos oriundos de legislações pretéritas, tais como: controle de gastos, de endividamento, de desembolsos, bem como, previu a legitimação do controle sistemático dos processos nas entidades públicas (BATISTA, 2011).

Nesse diapasão, Machado (2012) explica que ocorreram iniciativas visando à harmonização dos órgãos centrais de controle, que culminaram com a realização do Fórum Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (FNCI) em 2004 no Pará. Posteriormente, foi formalizado em 2007,

³ Lino Martins leciona acerca dos marcos históricos da instituição de controle interno e cita que desde 1434 já havia um modelo de Fluxograma mostrando a tramitação do processo de prestação de contas da época. Ribeiro (1997) explica que desde o período colonial já havia a ideia da criação de repartições públicas para propiciar o controle dos recursos públicos: em 1680, surgiram as Juntas de Fazendas das Capitanias e da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionado a Portugal, e, posteriormente, em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública.

⁴ Nos artigos 76 a 80.

o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), entidade sem fins lucrativos, formado por representantes dos órgãos centrais de controle interno dos estados, do Distrito Federal e de algumas das capitais brasileiras.

Considerando que o propósito principal do Conaci é promover a modernização e o fortalecimento dos órgãos responsáveis pelo controle interno, o Conselho necessita conhecer o perfil dos órgãos que o compõe. Para tanto, foram traçadas diretrizes para a promoção de estudos e debates acerca de temas de interesse do Sistema de Controle Interno.

Nesse sentido, visando promover o intercâmbio de informações, foi concluído, em 2006, pelo FNCI, o estudo sobre a organização e funcionamento dos órgãos de controle interno, intitulado “Diagnóstico sobre a Organização dos Controles Internos e o Perfil dos Recursos Humanos dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal”. Em 2009 a Fundação João Pinheiro foi contratada para elaborar um novo diagnóstico.

Diante da preocupação em obter informações mais atuais, foi criado um Grupo de Trabalho, composto pelos representantes dos estados do Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para desenvolver o Diagnóstico da Organização e do Funcionamento da Estrutura e dos Recursos Humanos dos Órgãos de Controle Interno integrantes do Conaci.

Em função da complexidade do tema, optou-se por elaborar a pesquisa em duas etapas: a primeira, já finalizada, entregue e aprovada na VI Reunião Técnica (realizada em Maceió-AL), relatou o diagnóstico dos recursos humanos, a segunda, consiste no presente relatório e aborda a organização e o funcionamento da estrutura dos órgãos de controle interno.

2.2 OBJETIVO DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva, pois pretende diagnosticar a organização e o funcionamento dos Órgãos de Controle Interno integrantes do Conaci. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial descrever as características de determinada população, fenômeno ou relações entre variáveis (Gil, 1991). Para perseguir os objetivos propostos, procurou-se investigar:

- A organização dos órgãos de controle interno a partir da análise das seguintes variáveis: marco legal, posicionamento hierárquico, áreas de atuação e atividades desempenhadas;
- As principais características do funcionamento dos órgãos de controle interno, mediante a identificação e descrição das principais atividades desenvolvidas, metodologias adotadas, produtos e serviços gerados, bem como os destinos, naturezas e frequências dos mesmos;
- Os macroprocessos (Auditoria Governamental, Controladoria, Correição e Ouvidoria) organizados pelos respondentes, sob a ótica das diretrizes estabelecidas no Projeto de Emenda à Constituição nº 45/2009;
- Os conteúdos disponibilizados pelos órgãos de controle na internet; e
- A adequação dos órgãos à Lei de Acesso à Informação.

2.3 POPULAÇÃO PESQUISADA

O universo da pesquisa abrange 33 (trinta e três) órgãos centrais de controle interno integrantes do Conaci, no momento da realização da pesquisa. Desse universo, 26 (vinte e seis) localizam-se nos estados, 01 (um) no Distrito Federal e 06 (seis) municípios capitais dos estados. Os órgãos respondentes estão localizados nos seguintes Estados e Municípios:

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Distrito Federal, Município de Belém, Município de Maceió, Município de Porto Velho, Município de Rio Branco, Município do Rio de Janeiro, Município de Rio Grande do Norte, Município de Vitória.

Cabe salientar que novos membros ingressaram no Conaci após o levantamento dos dados. Assim, informações referentes a tais órgãos não estão contempladas nesta pesquisa.

2.4 COLETA DE DADOS

O questionário é composto por 47 (quarenta e sete) questões fechadas. Antes de enviar o instrumento de pesquisa à população investigada realizou-se um pré-teste, que foi aplicado aos órgãos centrais de controle interno dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo a fim de que fosse verificada a pertinência, adequabilidade e compreensão das perguntas propostas e dos termos empregados.

Após ajustes no instrumento de pesquisa, foi elaborado questionário com auxílio da ferramenta para criação de formulários do *Google Drive*®, cujo link foi disponibilizado na página do Conselho e da Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. O acesso deu-se mediante *login* e senha específicos.

Para assegurar que os sujeitos sociais da pesquisa respondessem-na, os objetivos do estudo foram expostos durante a Reunião Técnica do Conaci, bem como foram enviados e-mails descrevendo a natureza da pesquisa e os dados para acesso ao link do formulário. Ademais, foram reiteradas as solicitações de respostas para garantir o maior número de respondentes possíveis, de modo a garantir que o presente estudo pudesse ser retratado com fidedignidade.

2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Vale ressaltar que a presente pesquisa restringiu-se em analisar os dados coletados sem que fossem realizadas visitas técnicas ou entrevistas adicionais que atestassem a veracidade das respostas. Além disso, o estudo a seguir não se ocupa de explicar as causas ou efeitos da execução de certas atividades ou adoção de modelos em detrimento de outros.

Outrossim, devido à dificuldade de acesso aos dados analíticos dos estudos anteriores e diferenças nas amostras de pesquisas, a presente pesquisa limitou-se ao exame do período de 2012/2013, sem, no entanto, comparar séries históricas anteriores.

2.6 ANÁLISE DE DADOS

Para analisar os dados coletados utilizou-se uma abordagem quantitativa do problema, com ênfase em frequências relativas e absolutas dos resultados. Segundo Richardson (1999) a pesquisa quantitativa se diferencia da qualitativa, principalmente, por empregar instrumentos estatísticos no processo de análise do problema.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

3.1.1 Organização e estrutura dos Órgãos de Controle Interno no Brasil

Dos resultados obtidos, averiguou-se que 71% dos órgãos informaram terem sido criados após 1988. Das informações coletadas, constatou-se que o órgão mais antigo foi estabelecido no Rio Grande do Sul em 1948. Em seguida, no ano de 1961, foi criado no estado de São Paulo, o segundo órgão central de controle interno. A figura abaixo representa a distribuição dos respondentes por período de criação:



Figura 1: Distribuição dos órgãos de controle por período de criação – Brasil – 2012/2013
 Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com as respostas dos órgãos, 90% dos respondentes pertencem ao primeiro escalão de governo e 10% ao segundo escalão (Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

Ademais, do total analisado, 51% surgiram após o ano de 2001, conforme disposto no gráfico 1, o que pode ser explicado em virtude do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que delegou, no artigo 59, competência para que os sistemas de controle interno fiscalizassem o cumprimento de limites com despesas públicas, priorizando o controle sobre as despesas com pessoal e as operações de crédito.

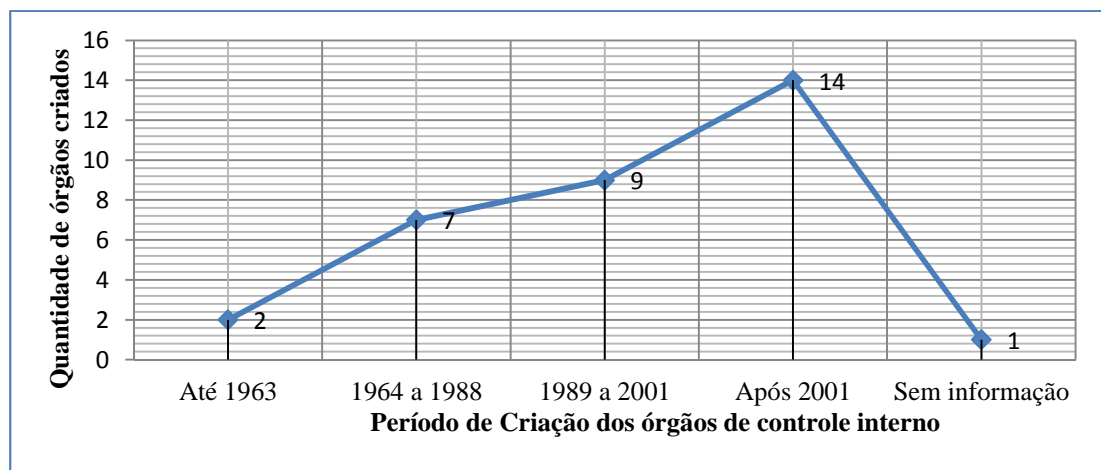


Gráfico 1: Distribuição dos órgãos de controle interno por período de criação – Brasil -2013
 Fonte: Elaborada pelos autores

Com relação às nomenclaturas adotadas pelos Órgãos de Controle Interno “Controladoria Geral” equivale a 52% das respostas, sendo a mais recorrente, seguida de “Auditoria-Geral” (18%), Secretaria de Fazenda (6%), Secretaria de Controle e Transparência (6%) e Secretaria de Controle Interno (6%). Cada um dos 04 (sete) órgãos restantes, que correspondem a 12% da amostra pesquisada, intitula-se de modo diferenciado dos demais.

Esses resultados são compatíveis com as nomenclaturas dos cargos máximos: a intitulação “Secretários” é utilizada por 36% dos dirigentes de controle interno, sendo a mais usual; 30% referem-se a denominação “Controlador-Geral” e o termo “Auditor-Geral” é adotado por 24% dos respondentes. As demais denominações não são adotadas mais de uma vez, totalizando 10% da amostra e retratando uma diversidade nas designações.

Cabe ressaltar que apesar de não haver uniformidade nas titulações, quando analisada a construção semântica dos termos, verifica-se uma repetição da expressão “Geral” em 64% dos casos, conforme ilustrado na figura abaixo:



Figura 2: Representação das nomenclaturas adotadas pelos órgãos
Fonte: Elaborada pelos autores

Ainda com relação à estrutura dos sistemas centrais de controle interno, com intuito de verificar as práticas referentes ao planejamento de longo prazo, procurou-se descobrir quais órgãos adotavam o Planejamento Estratégico e/ou já haviam estabelecido missão, visão e valores institucionais. Quanto à adoção do Planejamento Estratégico, 79% dos órgãos de controle interno afirmaram utilizar este instrumento.

De igual modo, o estabelecimento de missão, visão e valores tem sido realizado por grande parte dos órgãos (79%). Esses resultados apontam que tem havido uma preocupação por parte dos órgãos de controle interno em conhecer os rumos institucionais e estabelecer mecanismos de planejamento, conforme gráfico a seguir:

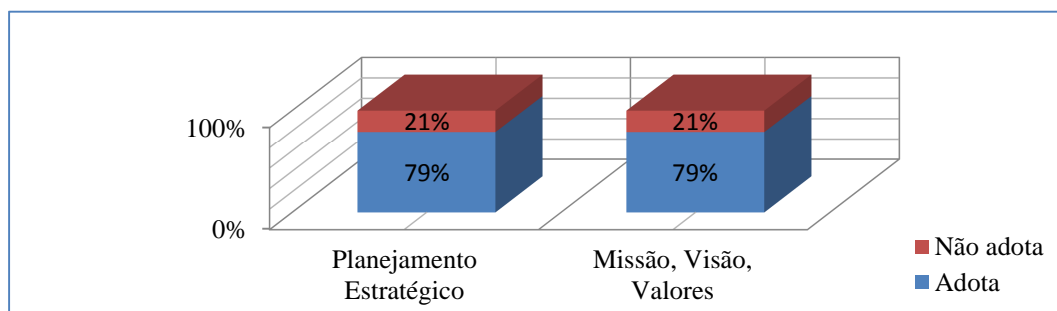


Gráfico 2: Órgãos de controle interno por adoção de instrumentos de Planejamento – Brasil – 2013
Fonte: Elaborada pelos autores

3.1.2 Funcionamento dos Órgãos de Controle Interno no Brasil

Com relação à forma de execução da auditoria, Gomes (2012) explica que podem ser classificadas em: direta (centralizada, descentralizada e integrada) ou indireta (compartilhada e terceirizada). Na modalidade direta, as atividades dos órgãos de controle interno são desempenhadas exclusivamente por servidores em exercício nos órgãos centrais ou setoriais e pode ser subdividida em centralizada, descentralizada ou integrada. A modalidade indireta admite a execução de auditoria por servidores não lotados nos órgão centrais e setoriais e pode ser desempenhada sob a forma de auditoria compartilhada ou terceirizada.

Os órgãos que realizam suas atividades de forma centralizada têm suas tarefas executadas, exclusivamente, por servidores em exercício nos órgãos centrais, enquanto na descentralização, as atividades são desempenhadas pelos órgãos setoriais. Quando a atuação dá-se em conjunto, por servidores em exercício no órgão central e setoriais, fica configurada a forma integrada.

A classificação de auditorias sob a forma de execução compartilhada refere-se àquelas coordenadas pelo Sistema de Controle Interno com o auxílio de órgãos/instituições públicas ou privadas. A terceirizada, por sua vez, é executada exclusivamente por organização não governamental que desenvolva atividades de fiscalização.



Figura 3: Formas de execução de auditorias
 Fonte: Elaborada pelos autores

Nesse sentido, conforme demonstrado no gráfico, abaixo, a maior parte dos órgãos (79%) realizam suas atividades de forma centralizada, enquanto 15% seguem o modelo integrado de auditorias. As demais formas adotadas possuem menor destaque: descentralizada (3%), compartilhada (3%) e terceirizada (0%).

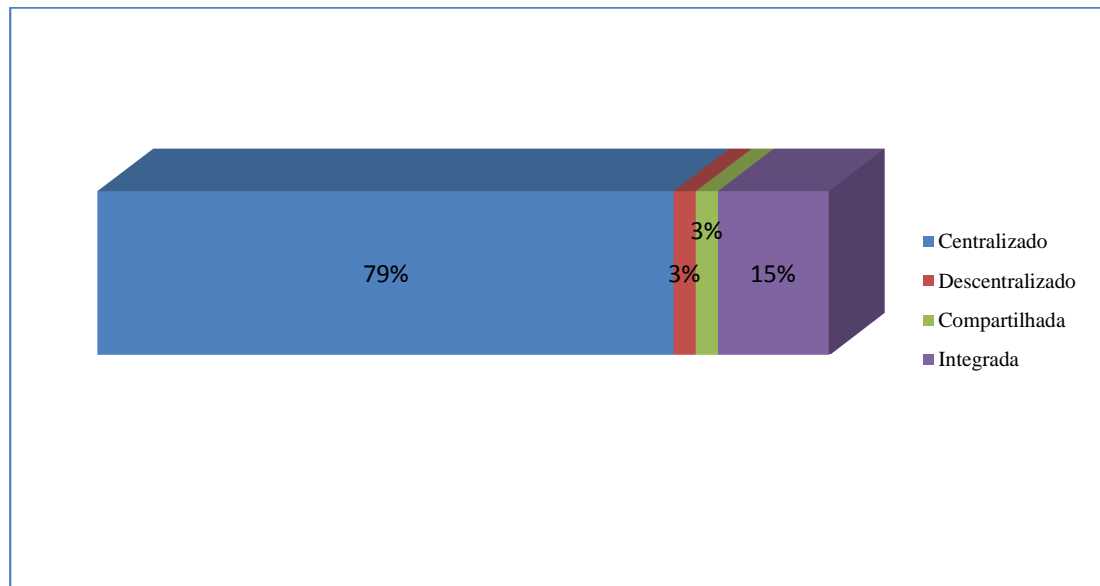


Gráfico 3: Distribuição dos órgãos de controle interno por forma de atuação – Brasil – 2013
Fonte: Elaborada pelos autores

3.1.3 Áreas de atuação dos Órgãos de Controle Interno

As atividades a cargo dos órgãos centrais do Sistema de Controle Interno são exercidas mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho, as quais constituem-se no conjunto de processos que viabilizam o alcance dos macro-objetivos do Sistema. As técnicas de controle são fiscalização e auditoria, sendo esta última, a mais utilizada.

Neves (2000) corrobora esse entendimento ao explicar que a auditoria interna governamental pode ser considerada o ápice da pirâmide do sistema de controle interno, uma vez que a mesma supervisiona, normatiza, fiscaliza e avalia o grau de confiabilidade dos controles internos, buscando garantir a eficiência e eficácia dos mesmos, sem com eles se confundir.

O Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal define

auditoria como sendo o conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal. Segundo Castro (2011), a Auditoria Governamental classifica-se em: Auditoria de Gestão, Auditoria de Acompanhamento da Gestão, Auditoria Contábil, Auditoria Operacional e Auditoria Especial⁵.

Nesse sentido, procurou-se identificar quais tipos de auditorias regulares são realizadas pelos órgãos investigados. O resultado demonstrou que a Auditoria de Gestão é predominante, sendo realizada por 94% dos órgãos, a Auditoria Operacional e a Auditoria Contábil são realizadas por 64% e 67% dos respondentes, respectivamente. As demais classificações de auditoria não foram objeto de estudo neste momento.

Em relação às atividades desempenhadas pelos órgãos, considerando cada uma das classificações adotadas [“Auditoria de Gestão”, e/ou “Auditoria Contábil”, e/ou “Auditoria Operacional”], verificou-se que não obstante alguns órgãos tenham afirmado não realizar determinado tipo de auditoria sob a forma da terminologia sugerida, não exclui a possibilidade de realizar atividades relacionadas.

Assim, dentre as atividades relativas à Auditoria de Gestão mais frequentes, tem-se a avaliação de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, bem como de Licitações e Contratos realizada por todos os respondentes. Em segundo lugar, a verificação da existência física de bens e valores e a gestão orçamentária são atividades desempenhadas por 82% dos órgãos. Ademais, 79% do total afirmam examinar peças que instruem a Tomada e Prestação de Contas.

Considerando a frequência com que os órgãos pesquisados realizam atividades referentes à Auditoria Operacional, destacam-se: a verificação da conformidade e regularidade (76%) e a avaliação dos controles internos (73%). Quanto à Auditoria Contábil, as análises das Demonstrações Contábeis (58%) foram

⁵ Vide glossário.

as mais apontadas pelos respondentes, conforme pode ser percebido na tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição dos órgãos por tipo de auditoria e atividades – Brasil – 2012/2013

| Tipos | Atividades | 2012/2013 | |
|--|---|------------|-------------------------|
| | | Frequencia | Percentual ⁸ |
| Contábil | Auditoria das Demonstrações Contábeis | 19 | 68% |
| | Relatório Anual de Avaliação da Execução Orçamentária | 17 | 61% |
| | Relatório de Gestão Fiscal | 18 | 64% |
| Total de órgãos que afirmam realizar atividades de Auditoria Contábil | | 28 | |
| Total de órgãos que admitem realizar Auditoria Contábil | | 22 | |
| Operacional | Verificação de conformidade e regularidade | 25 | 89% |
| | Avaliação de controles internos | 24 | 86% |
| | Estrutura organizacional | 17 | 61% |
| | Instrumentos de planejamento | 11 | 39% |
| Total de órgãos que afirmam realizar atividades de Auditoria Operacional | | 28 | |
| Total de órgãos que admitem realizar Auditoria Operacional | | 21 | |
| Auditoria de Gestão | Convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres | 33 | 100% |
| | Licitação e contratos | 33 | 100% |
| | Verificação da existência física de bens e outros valores | 27 | 82% |
| | Gestão orçamentária | 26 | 79% |
| | Exame de processos de tomada ou prestação de contas | 26 | 79% |
| | Avaliação de programas governamentais | 23 | 70% |
| | Gestão de bens e direitos | 25 | 76% |
| | Prestação de Contas de Exercício | 23 | 70% |
| | Avaliação da eficácia da ação governamental | 21 | 64% |
| | Gestão financeira | 22 | 67% |
| | Gestão de recursos humanos | 20 | 61% |
| | Receitas públicas | 18 | 55% |
| | Gestão de obrigações | 21 | 64% |
| | Gestão contábil | 20 | 61% |
| | Avaliação de termos de parceria | 17 | 52% |
| | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público | 14 | 42% |
| | Gestão fiscal | 12 | 36% |
| Parceria Público-Privada (PPP) | 12 | 36% | |
| Processos judiciais | 3 | 9% | |
| Total de órgãos que afirmam realizar atividades de Auditoria de Gestão | | 33 | |
| Total de órgãos que admitem realizar Auditoria de Gestão | | 32 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

⁸ Total de órgãos que executam a atividade / Total de órgãos respondentes da pesquisa

Outro tópico investigado refere-se à Auditoria de Sistemas. Foi possível perceber que, 27% dos órgãos desempenham atividades relacionadas à Auditoria de Sistemas, e 36% dos órgãos afirmaram executá-la, conforme detalhado a seguir:

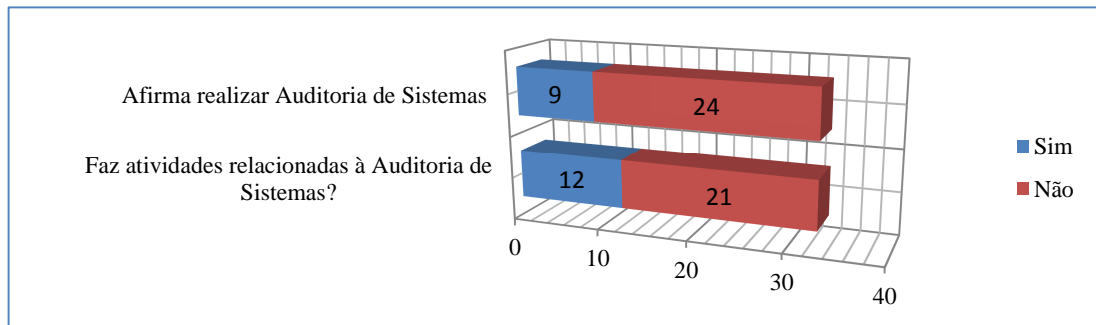


Gráfico 4: Distribuição dos órgãos de controle interno por Auditoria de Sistemas - Brasil - 2013
 Fonte: Elaborada pelos autores

A avaliação da segurança lógica e a confidencialidade dos sistemas desenvolvidos é a atividade de Auditoria de Sistemas mais frequente sendo desempenhada por 83% dos órgãos centrais de controle interno que realizam Auditorias de Sistemas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2: Distribuição dos órgãos por execução de atividades de Auditoria de Sistemas - Brasil - 2012/2013

| Atividades | 2012/2013 | |
|--|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Avaliação da segurança lógica e a confidencialidade dos sistemas desenvolvidos | 10 | 83% |
| Avaliação da segurança do sistema | 7 | 58% |
| Avaliação da eficácia dos serviços prestados pela área de informática | 5 | 42% |
| Avaliação da eficiência na utilização dos diversos computadores existentes | 3 | 25% |
| Total de órgãos que realizam atividades de Auditoria de Sistemas | 12 | |
| Total de órgãos que afirmaram realizar Auditoria de Sistemas | 9 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

O controle sobre os atos públicos pode ser prévio, concomitante e posterior. Ocorre o controle prévio quando a ação de avaliação antecede a formalização do ato administrativo, enquanto a concomitante ocorre durante a execução do ato, de modo que este não seja desviado em sua natureza, e o controle posterior é realizado no julgamento das contas do ordenador de despesa, para avaliar se os recursos públicos foram utilizados corretamente.

Assim, é possível observar que a maior parte das auditorias ocorre em momento subsequente (76%) e apenas 48% dos órgãos realizam auditorias preventivas, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3: Distribuição dos órgãos de controle interno por momento das auditorias que executam – Brasil – 2012/2013

| Tempestividade | 2012/2013 | |
|---|------------|------------|
| | Frequência | Percentual |
| Auditorias Subsequentes | 25 | 76% |
| Auditorias Concomitantes | 22 | 67% |
| Auditorias Preventivas | 16 | 48% |
| Total de órgãos que responderam à questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Com relação à origem das auditorias de natureza extraordinária, verificou-se, dentre os órgão que responderam o quesito, que as maiores demandas são originadas dos dirigentes de órgãos e entidades (89%), do próprio governo (89%), e Ministério Público e Tribunal de Contas (75%), conforme tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição dos órgãos de controle interno por origem das auditorias realizadas por demandas especiais – Brasil – 2012/2013

| Motivação | 2012/2013 | |
|--|------------|------------|
| | Frequência | Percentual |
| Demanda de dirigentes de órgãos e entidades | 28 | 89% |
| Demandas especiais do governo | 27 | 89% |
| Ministério Público e Tribunal de Contas | 23 | 75% |
| Veiculação na mídia de indícios de supostas irregularidades | 19 | 64% |
| Denúncias por meios de canais oficiais disponibilizados aos cidadãos | 18 | 57% |
| Demandas do Poder Judiciário | 7 | 21% |
| Demandas do Poder Legislativo | 7 | 21% |
| Outros | 1 | 4% |
| Total de órgãos que responderam à questão | 32 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS

3.2.1 Etapas do trabalho de Auditoria

Batista (2011) define a Auditoria Interna como sendo um controle administrativo que mede e avalia a eficiência de outros controles. Para desenvolvimento das atividades de auditoria, os órgãos de controle interno percorrem algumas etapas.

Ao serem questionados acerca dessas fases, todos responderam que realizam o plano de auditoria, bem como comunicam os resultados finais (Relatórios). A maioria (93%) executa os trabalhos de auditoria e possui o hábito de apresentar a equipe e os trabalhos de auditoria. Dos respondentes, 85% comunicam previamente os resultados para manifestação do auditado, 82% monitoram os trabalhos de auditoria⁶ e 54% elaboram pré-auditoria, conforme ilustrado a seguir:

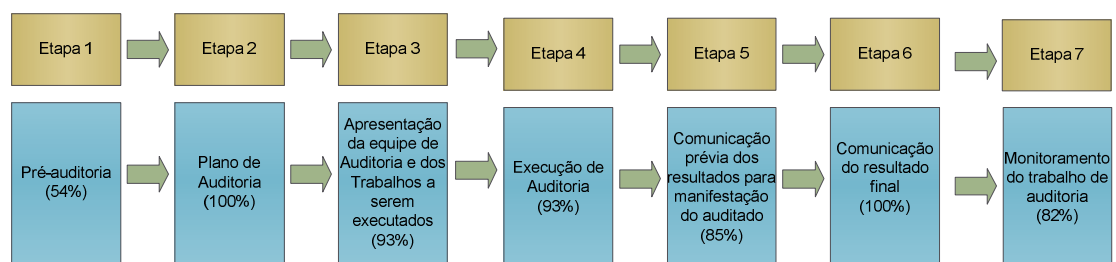


Figura 4: Etapas do trabalho de Auditoria
 Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.2 Critérios para definição do início dos trabalhos de auditoria

Devido ao grande volume de transações e recursos transacionados no setor público, não é possível realizar auditorias em todos os eventos, sendo necessária a definição de critérios para priorizar a execução dos trabalhos. As denúncias recebidas e a veiculação de matérias pela mídia consistem no critério mais utilizado (82%), bem como, a materialidade, caracterizada pela relevância orçamentária e financeira (82%), por outro lado, menor destaque é dado ao volume de contratos e transações, que foi apontado por 67% dos investigados.

Ainda considerando os critérios para definição de trabalhos de auditoria, foi possível verificar que as demandas de dirigentes foram apontadas por 73% dos respondentes, já a relevância dos projetos e programas foi apontada por 70% dos órgãos. Frequências de inconformidades são determinantes para 67% dos respondentes. Os impactos para o cidadão e o volume de recursos são considerados como critérios em 64% das estruturas de controle interno, assim como as áreas de a

⁶ Vide seção 3.27 (Monitoramento das recomendações sugeridas)

vulnerabilidade por deficiência de mecanismos de controle (64%). Quando o assunto é risco, 42% alegaram utilizá-lo como critério. Por fim, apenas 39% consideram que áreas específicas sem receber auditoria por expressivo tempo é um aspecto relevante para definir o início de novos trabalhos de auditoria.

Tabela 5: Distribuição dos órgãos de controle interno por critérios adotados para definição das auditorias realizadas – Brasil – 2012/2013

| Critérios | 2012/2013 | |
|---|------------|------------|
| | Frequencia | Percentual |
| Denúncias e matérias veiculadas pela imprensa | 27 | 82% |
| Relevância orçamentária e financeira | 27 | 82% |
| Demandas de dirigente para inclusão no planejamento de auditoria | 24 | 73% |
| Relevância dos programas e projetos | 23 | 70% |
| Frequência de inconformidades em áreas específicas | 22 | 67% |
| Volume de contratos e transações | 22 | 67% |
| Áreas de vulnerabilidade por deficiências de mecanismos de controle | 21 | 64% |
| Impacto para o cidadão e volume de recursos | 21 | 64% |
| Demandas oriundas do planejamento estratégico do estado | 19 | 58% |
| Metodologia baseada em risco | 14 | 42% |
| Áreas específicas sem receber auditoria por expressivo tempo | 13 | 39% |
| Total de órgãos que responderam à questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.3 Metodologias para execução dos trabalhos de auditoria

Das metodologias utilizadas para a execução dos trabalhos de auditoria, percebeu-se que os programas de auditoria (roteiros, questionários, check-list, etc) e o planejamento são os mais utilizados (94%). Contudo, menos da metade (30%), informaram usar fluxogramas e indicadores de auditoria (27%).

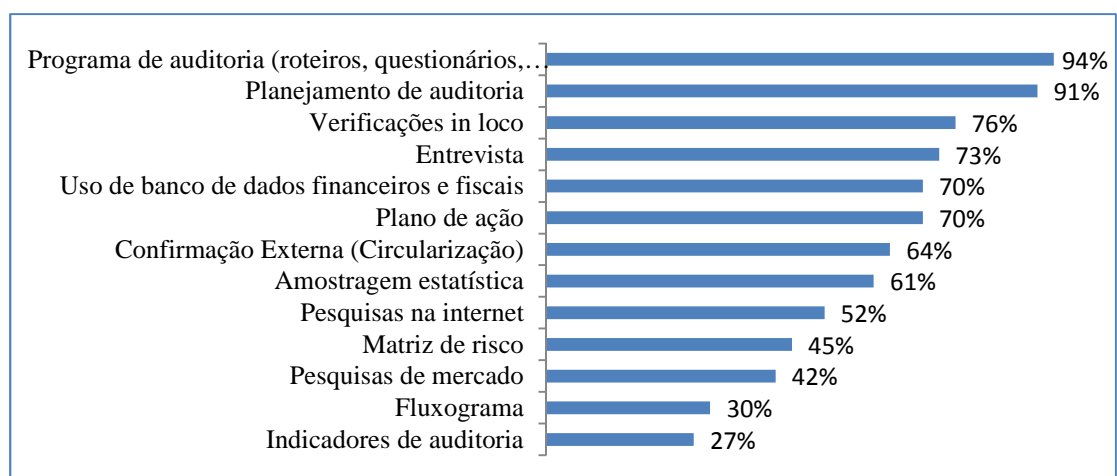


Gráfico 5: Distribuição das metodologias de auditoria – Brasil – 2013

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.4 Comunicação dos trabalhos de auditoria

Após execução de procedimentos, é possível obter o resultado dos trabalhos que deverá, então, ser comunicado a diversos atores. A partir disso, os trabalhos de auditoria são consubstanciados em Relatórios, Cartas de Recomendações, Notas de Auditoria, Notas Técnicas, Pareceres Técnicos, Certificados de Auditoria e Comunicados de Auditoria.

Procurou-se investigar quais desses produtos finais são produzidos pelos órgãos pesquisados e percebeu-se que o Relatório de Auditoria (97%) é o instrumento mais utilizado pelos órgãos. Em seguida 79% dos pesquisados afirmaram redigir Notas Técnicas, 70% emitem Pareceres, 52% produzem Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial e 48% elaboram Certificados de Auditoria, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados – Brasil – 2012/2013

| Produtos | 2012/2013 | |
|--|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Relatório de auditoria | 32 | 97% |
| Nota Técnica | 26 | 79% |
| Parecer Técnico | 23 | 70% |
| Relatório parcial de auditoria | 17 | 52% |
| Relatório de auditoria sobre Tomada de Contas Especial | 16 | 48% |
| Certificado de Auditoria | 16 | 48% |
| Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial | 14 | 42% |
| Nota de Auditoria | 11 | 33% |
| Carta de Recomendações | 10 | 30% |
| Material para disponibilizar em site | 9 | 27% |
| Relatório de Pré-Auditoria | 6 | 18% |
| Relatório de Avaliação do Impacto dos Programas Governamentais | 5 | 15% |
| Relatório de Avaliação de Efetividade | 5 | 15% |
| Outros | 4 | 12% |
| Comunicado de Auditoria | 1 | 3% |
| Cursos de Capacitação | 1 | 3% |
| Memorando de ocorrências | 1 | 3% |
| Orientação Técnica | 1 | 3% |
| Relatório de Controle Interno sobre as contas de Governo | 1 | 3% |
| Total dos órgãos que responderam a questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.5 Metodologias para gerenciamento de Controles Internos

Em relação às metodologias nos padrões internacionais para gerenciamento de controles internos, 18% aplicam a metodologia Coso, 15% utilizam a Intosai, 15% baseiam-se nas metodologias Coso e Intosai. Entretanto, quase metade dos órgãos, isto é, 48% informaram que ainda não adotam nenhum modelo, conforme evidenciado a seguir:

Tabela 7: Distribuição dos órgãos de controle interno por metodologias nos padrões internacionais adotadas para gerenciamento dos controles internos – Brasil – 2012/2013

| Metodologias para gerenciamento dos controles internos | 2012/2013 | |
|--|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Não adota nenhuma metodologia | 16 | 48% |
| Coso | 6 | 18% |
| Intosai | 5 | 15% |
| Coso e Intosai | 5 | 15% |
| Outros (mapeamento de processos para detecção de riscos) | 1 | 3% |
| Total dos órgãos que responderam a questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.6 Destino dos trabalhos de auditoria

Quanto ao destino dos trabalhos de auditoria, quase todos os respondentes (94%) indicaram os auditados, em seguida, o Tribunal de Contas (86%) e o Chefe do Poder Executivo (85%). Por outro lado, o Poder Judiciário foi o endereçado menos sobrescritos (6%) pelos órgãos, quais sejam:

Tabela 8: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados - Brasil – 2012/2013

| Destinatários | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Órgão ou entidade auditado | 31 | 94% |
| Chefe do Poder Executivo | 28 | 85% |
| Tribunal de Contas do Estado | 27 | 82% |
| Órgão ao qual a entidade auditada está vinculada | 18 | 55% |
| Ministério Público | 17 | 52% |
| Site da Transparência | 12 | 36% |
| Procuradoria-Geral do Estado | 12 | 36% |
| Site do Órgão de Controle Interno | 11 | 33% |
| Poder Legislativo | 3 | 9% |
| Poder Judiciário | 2 | 6% |
| Total dos órgãos que responderam a questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.7 Monitoramento das recomendações sugeridas

Após finalizados os trabalhos, a opinião do auditor, bem como, as recomendações sugeridas aos auditados, surgindo então, uma nova etapa que consiste no monitoramento das recomendações. A maioria dos respondentes, isto é, 36%, alegaram que o percentual médio ou aproximado de implementação das recomendações sugeridas está entre 41% e 60%, conforme tabela abaixo:

Tabela 9: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados percentual médio ou aproximado de implementação das recomendações sugeridas – Brasil – 2012/2013

| Percentual médio ou aproximado de implementação das recomendações sugeridas | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| 81% a 100% | 6 | 18% |
| 61% a 80% | 8 | 24% |
| 41% a 60% | 12 | 36% |
| 21% a 40% | 4 | 12% |
| 11% a 20% | 1 | 3% |
| Até 10% | 0 | 0% |
| Recomendações não monitoradas | 2 | 6% |
| Total dos órgãos que monitoram as recomendações | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.3 MACROFUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO, SOB A ÓTICA DA PEC N.º 45/2009

A Proposta de Emenda à Constituição n.º 45/2009 objetiva inscrever na Carta Magna regras para a organização das atividades de Controle Interno, e com isso, pretende corrigir distorções da prática jurídica e administrativa que, em geral, considera o controle interno como simples mecanismo de fiscalização *a posteriori*.

Uma dos propósitos da PEC é propiciar a regulação constitucional explícita do controle interno, tornando obrigatória a sua estruturação, de modo que seja dado tratamento semelhante ao que recebeu a função de arrecadação estatal pela Emenda Constitucional n.º 42/2003.

Portanto, visando fortalecer atividades desempenhadas pelos Sistemas de Controle Interno, a PEC n.º 45/2009 classifica-as como *essenciais ao funcionamento da administração pública*, bem como enumera, de forma não-exaustiva, funções a serem exercidas pelo sistema de controle interno, a saber: *ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição*.



Figura 5: Macrofunção do Controle Interno segundo PEC n.º 45/2009
Fonte: Elaborada pelos autores

Por fim, a proposta de emenda prevê duas exigências para as atividades do sistema de controle interno: que sejam *desempenhadas por órgãos de natureza permanente, e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas na forma da lei.*

A aprovação desta PEC dará novos rumos aos órgãos centrais de controle interno, pois, espera-se que com a determinação de que as atividades sejam desempenhadas por órgãos de natureza permanente, ocorra o fortalecimento das estruturas dos órgãos, na medida em que passarão a atuar, necessariamente, de forma continuada, independente da disposição meramente circunstancial de um governo.

No mesmo sentido, a exigência de que as atividades sejam executadas por servidores públicos, organizados em carreiras específicas, confere maior qualidade aos órgãos centrais de controle interno, pois a seleção por concurso público, por ser dotada de caráter impessoal e isonômico, promove maior profissionalização e independência às instituições públicas.

A seguir serão descritas cada uma das macrofunções, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conaci, bem como a análise da aderência dos órgãos a cada uma delas.

3.3.1 Auditoria Governamental

É a função que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos órgãos e entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade bem como a aplicação de recursos por pessoas físicas ou jurídicas.

Dentre todas as macrofunções listadas pela PEC, a que possui maior aderência entre os pesquisados é a Auditoria Governamental haja vista que todos os respondentes alegaram desempenhar pelo menos uma atividade correlacionada a macrofunção Auditoria Governamental.

Dentre as atividades de Auditoria Governamental, conforme disposto na tabela 10, realizadas pelos órgãos pesquisados, quase todos, isto é, 94% dos respondentes, monitoram as recomendações sugeridas, conforme tabela abaixo:

Tabela 10: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de Auditoria Governamental realizadas – Brasil – 2012/2013

| Atividades de Auditoria | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Monitorar recomendações sugeridas | 31 | 94% |
| Elaborar relatórios, pareceres, certificados, notas técnicas e outros instrumentos de comunicação de auditoria | 31 | 94% |
| Elaborar o plano de auditoria | 29 | 88% |
| Realizar trabalhos de auditorias especiais | 29 | 88% |
| Apurar os atos e fatos divulgados ou denunciados como ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos | 27 | 82% |
| Comprovar a legalidade dos atos de gestão | 26 | 79% |
| Supervisionar o sistema de controle interno | 26 | 79% |
| Fiscalizar o cumprimento da LRF e de índices legais | 25 | 76% |
| Avaliar os resultados da gestão | 23 | 70% |
| Avaliar execução orçamentária utilizando parâmetros (metas e indicadores) | 22 | 67% |
| Elaborar relatório anual sobre as contas de governo | 20 | 61% |
| Elaborar certificado de auditoria em tomada de contas especial | 19 | 58% |
| Analisar minuta de editais e contratos | 19 | 58% |
| Elaborar relatório de avaliação das contas anuais de exercícios financeiros dos administradores e gestores dos órgãos e entidades | 18 | 55% |
| Realizar Tomadas de Conta Especial | 18 | 55% |
| Acompanhar a programação financeira dos órgãos e entidades | 17 | 52% |
| Avaliar os riscos de auditoria e elaborar matriz de risco | 17 | 52% |
| Total dos órgãos que realizam atividades de Auditoria Governamental | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Todos os respondentes alegaram desempenhar alguma atividade relacionada a esta macrofunção. No entanto, quando questionados sobre as áreas de atuação, 32 (trinta e dois) órgãos manifestaram atuar nos moldes da macrofunção Auditoria Governamental, e, destes, apenas 01 (um) ainda não a formalizou, conforme representação a seguir:



Figura 6: Distribuição geográfica da execução da macrofunção Auditoria Governamental
Fonte: Elaborada pelos autores

3.3.2 Controladoria

É a função que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações, de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.

Com relação às atividades relativas a esta macrofunção, destaca-se o apoio ao controle externo (91%) e o estímulo à transparência e ao controle social (91%). A elaboração de normas e orientações para uniformizar entendimentos é realizada por 88% dos órgãos, enquanto que 84% avaliam, normatizam e orientam visando uniformizar procedimentos. O monitoramento das obrigações legais e constitucionais é realizada por 78% dos órgãos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 11: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de Controladoria realizadas – Brasil - 2012/2013

| Atividades de Controle | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Apoiar o controle externo | 29 | 91% |
| Estimular transparência e controle social | 29 | 91% |
| Elaborar normas e orientações para uniformizar procedimentos | 28 | 88% |
| Avaliar, normatizar e orientar sobre mecanismos do controle interno | 27 | 84% |
| Monitorar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais | 25 | 78% |
| Acompanhar a execução de programas de governo e políticas públicas | 21 | 66% |
| Efetuar exame prévio sobre a regularidade dos atos de gestão | 21 | 66% |
| Monitorar o equilíbrio das contas públicas, identificando os riscos | 20 | 63% |
| Opinar previamente sobre contratação de auditorias externas | 8 | 25% |
| Realizar exames prévios dos processos de admissão, aposentadoria e pensão | 6 | 19% |
| Total dos órgãos que realizam atividades de Controladoria | 32 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Também foi possível perceber que do total de órgãos investigados, apenas um não desenvolve nenhuma atividade atrelada à macrofunção Controladoria, apesar de apenas 29 (vinte e nove) afirmarem atuar na área de Controladoria. E, destes, 26 (vinte e seis) organizaram-na formalmente.

3.3.3 Corregedoria

Corregedoria é a função que tem por finalidade apurar os indícios de ilícitos praticados no âmbito da Administração Pública e promover a responsabilização dos envolvidos, por meio da instauração de processos e adoção de procedimentos, visando inclusive o ressarcimento nos casos em que houver dano ao erário.

Dentre as principais atividades relativas à Corregedoria executadas pelos órgãos centrais de controle interno, destaca-se a articulação com unidades de correição dos órgãos e entidades do Poder Executivo (73%), conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 12: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de correição administrativa realizadas – Brasil – 2012/2013

| Atividades de Correição Administrativa | 2012/2013 | |
|--|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Articular-se com unidades de correição dos órgãos e entidades do Poder Executivo. | 16 | 73% |
| Atuar, preventivamente, com base nas informações resultantes dos procedimentos apuratórios, a fim de aprimorar a gestão pública e reduzir a ocorrência dos ilícitos funcionais | 15 | 68% |
| Realizar diligências iniciais para apuração "de ofício" ou por manifestações, representações ou por denúncias recebidas. | 14 | 64% |
| Promover a orientação técnica às comissões sindicantes e processantes designadas para apuração de irregularidades nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo. | 13 | 59% |
| Promover a divulgação de normas que integram o regime disciplinar do servidor público. | 12 | 55% |
| Gerar informações que favoreçam análises de riscos | 11 | 50% |
| Propor, orientar, coordenar e aperfeiçoar as atividades de análise processual e aperfeiçoamento disciplinar. | 9 | 41% |
| Estabelecer medidas para o aperfeiçoamento do regime disciplinar e a instauração de procedimentos de correição para apuração de irregularidades. | 9 | 41% |
| Promover correições gerais ou parciais em comissões de procedimentos administrativos que estejam sob sua subordinação. | 8 | 36% |
| Promover e realizar pesquisas, análises, desenvolvimento, adaptação e difusão de tecnologias de correição. | 7 | 32% |
| Garantir aos servidores de controle interno a segurança pessoal adequada ao exercício das suas atividades | 6 | 27% |
| Elaboração de manuais | 1 | 5% |
| Recomendação de instauração de procedimentos de correição para apuração de irregularidades | 1 | 5% |
| Total de órgãos que realizam atividades de Correição Administrativa | 22 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Com relação à Correição, a não oficialidade da macrofunção é percebida: 22 (vinte e dois) órgãos desempenham alguma atividade atrelada à correição, sendo que apenas 10 (dez) admitiram realizá-las. Contudo, somente 09 (nove) órgãos organizaram-na formalmente, conforme ilustrado a seguir:

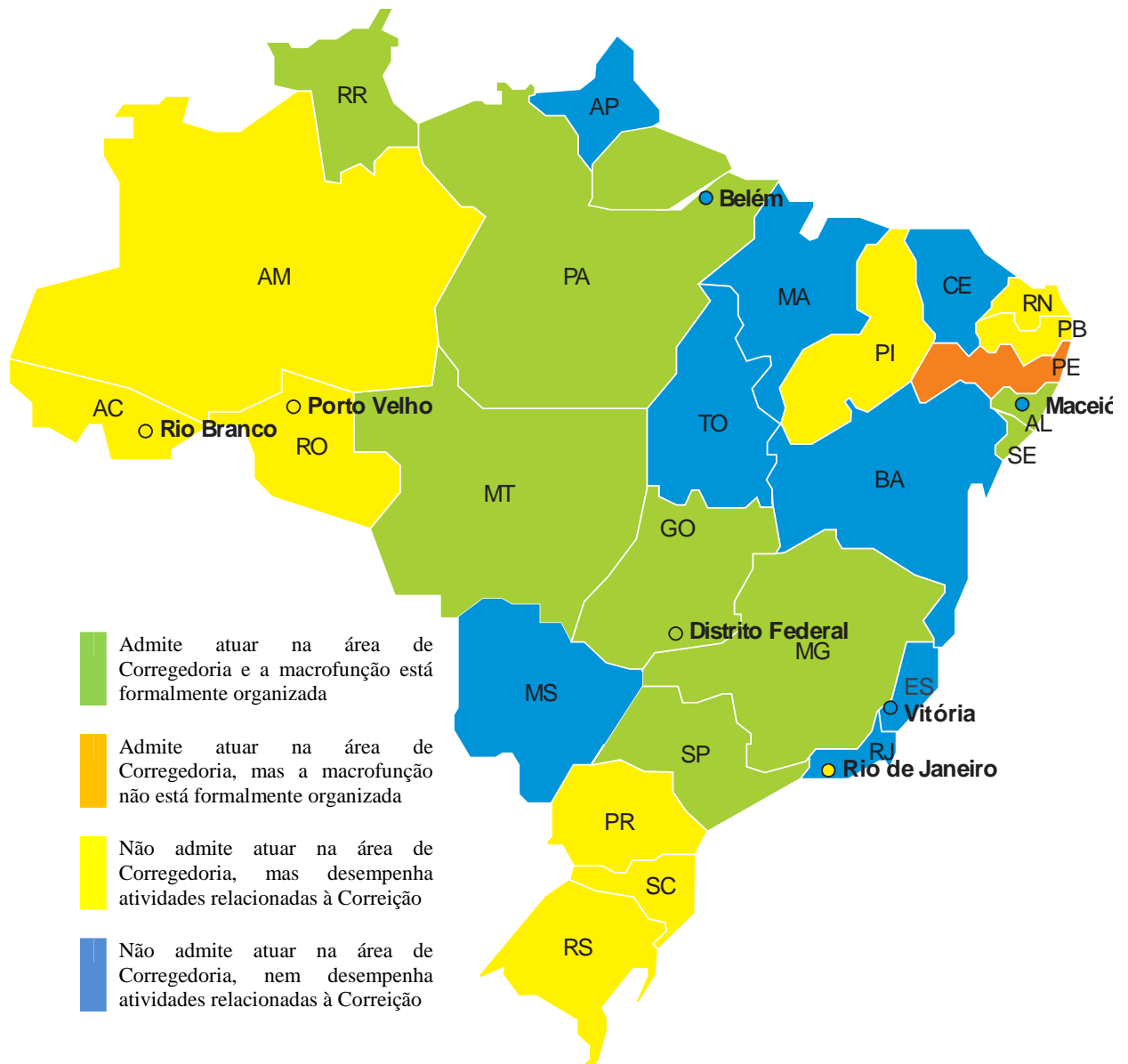


Figura 7: Distribuição geográfica da execução da macrofunção Corregedoria
Fonte: Elaborada pelos autores

3.3.4 Ouvidoria

Ouvidoria é a função que tem por finalidade fomentar o controle social e a participação popular, por meio do recebimento, registro e tratamento de denúncias e manifestações do cidadão sobre serviços prestados à sociedade e a adequada aplicação dos recursos públicos, visando à melhoria da sua qualidade, eficiência, resolubilidade, tempestividade e equidade.

Dentre as principais atividades relativas à Ouvidoria executadas pelos órgãos centrais de controle interno, destaca-se receber e apurar denúncia (65%) e Responder e orientar os dirigentes dos órgãos e entidades quanto à prática de determinados procedimentos, no sentido de prevenir irregularidades (65%), conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 13: Distribuição dos órgãos de controle interno por atividades de Ouvidoria realizadas – Brasil – 2012/2013

| Atividades de Ouvidoria | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Receber e apurar denúncia, feitas pelos cidadãos, de irregularidades na administração pública | 17 | 65% |
| Responder e orientar os dirigentes dos órgãos e entidades quanto à prática de determinados procedimentos, no sentido de prevenir irregularidades | 17 | 65% |
| Verificar causas de reclamações, sua pertinência e identificar os meios para sanar os problemas no âmbito de sua competência | 16 | 62% |
| Receber e analisar críticas, elogios e sugestões quanto à efetividade de mecanismos de controle tendo em vista o seu aperfeiçoamento. | 15 | 58% |
| Propor modificações nos procedimentos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos | 14 | 54% |
| Ouvir a sociedade e intermediar a relação entre o cidadão e a administração pública, permitindo o registro ou a publicidade de sugestões, denúncias, ou reclamações, contra os agentes públicos | 12 | 46% |
| Estabelecer estrutura para identificar o interesse do cidadão | 7 | 27% |
| Treinar e capacitar ouvidores | 6 | 23% |
| Incentivar a cooperação dos servidores da entidade pública envolvida nas queixas dos cidadãos | 6 | 23% |
| Organizar e coordenar consultas e audiências públicas no âmbito de sua competência | 5 | 19% |
| Não se aplica | 3 | 12% |
| Receber denúncias, feitas pelos cidadãos, de irregularidades na administração pública. | 1 | 4% |
| Total de órgãos que realizam atividades de Ouvidoria | 26 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Em relação à Ouvidoria, apesar de 26 (vinte e seis) órgãos desempenharem alguma atividade relacionada a esta macrofunção, apenas 10 (dez) reconheceram atuar nesta área, embora somente 09 (nove) tenham-na organizado formalmente.

3.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DESENVOLVIDAS

3.4.1 Prestação de Contas do Governador

O dever do Chefe do Poder Executivo de prestar contas advém do mandamento constitucional, que estabelece: “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária”. Assim, dentre os itens que compõem o Relatório Anual da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo, a execução orçamentária, financeira e patrimonial foi apontada por 88% dos respondentes, sendo a mais frequente, conforme a seguir:

Tabela 14: Distribuição dos órgãos de controle interno por itens que compõem o Relatório Anual da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo – Brasil – 2012/2013

| Itens | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Execução orçamentária, financeira e patrimonial | 29 | 88% |
| Dívida pública | 27 | 82% |
| Gestão Fiscal | 26 | 79% |
| Vinculações constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal | 26 | 79% |
| Receitas Públicas | 25 | 76% |
| Gestão Contábil | 24 | 73% |
| Gestão financeira | 22 | 67% |
| Resultado econômico-financeiro | 21 | 64% |
| Resultado primário | 20 | 61% |
| Regularidade da gestão | 18 | 55% |
| Gestão de bens e direitos | 17 | 52% |
| Desempenho institucional | 16 | 48% |
| Gestão de obrigações | 16 | 48% |
| Efetividade de programas de ações do governo | 15 | 45% |
| Convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres | 15 | 45% |
| Gestão de recursos humanos | 14 | 42% |
| Licitações e contratos | 14 | 42% |
| Avaliação de controles internos | 9 | 27% |
| Outros | 6 | 18% |
| OSCIP ^[1] e PPP ^[2] | 6 | 18% |
| Total dos órgãos que responderam a questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Quanto aos produtos gerados pelos órgãos centrais de controle interno para compor a Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo, observou-se que o produto mais comum entre os órgãos é o relatório de avaliação anual de execução orçamentária (67%), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15: Distribuição dos órgãos de controle interno por tipo de produtos gerados pelo Controle Interno para compor a Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo – Brasil – 2012/2013

| Produtos | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Relatório de avaliação anual de execução orçamentária | 22 | 67% |
| Relatório de avaliação de programas de governo | 14 | 42% |
| Relatório de avaliação do sistema de controle interno | 13 | 39% |
| Parecer de auditoria | 12 | 36% |
| Notas de auditoria | 3 | 9% |
| Não geram produtos | 2 | 6% |
| Total dos órgãos que responderam a questão | 33 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.4.2 Demandas do Tribunal de Contas

Os órgãos centrais do Sistema de Controle Interno devem prestar apoio aos órgãos de controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme os ditames constitucionais. O apoio ao controle externo, sem prejuízo do disposto em legislação específica, consiste no fornecimento de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno.

Neste sentido, procurou-se investigar quais são as principais características do relacionamento entre os órgãos de controle interno e externo. Assim, verificou-se que do total de órgãos investigados, 33 (trinta e três), isto é, 88% dos respondentes informou atender à demanda oriunda do Tribunal de Contas.

Quanto à natureza destas demandas observou-se que a maior parte dos órgãos alegou atendê-las de maneira extraordinárias (39%), enquanto 33% afirmaram ocorrer de forma ordinária, e, o restante, isto é, 18% informaram atenderem à demandas extraordinárias e ordinárias.

Dentre as atividades avaliadas para atendimento às demandas do Tribunal de Contas, apurou-se que a avaliação mais comum refere-se ao cumprimento das determinações contidas nas Contas de Gestão (82%). Em segundo lugar, tem-se a verificação da legalidade dos atos de gestão do dirigente do órgão/entidade (75%). Depois, a avaliação da conformidade da documentação é realizada por 71% dos órgãos que atendem ao Tribunal de Contas, conforme demonstrado na Tabela 16r:

Tabela 16: Distribuição dos órgãos de controle interno por áreas avaliadas para atendimento às demandas do Tribunal de Contas – Brasil - 2012/2013

| Áreas avaliadas | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Avaliação do cumprimento das determinações, ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas sobre as Contas de Gestão | 23 | 82% |
| Verificação da legalidade dos atos de gestão do dirigente do órgão/entidade | 21 | 75% |
| Avaliação da conformidade da documentação | 20 | 71% |
| Avaliação do cumprimento das recomendações que constam em relatórios de auditoria | 17 | 61% |
| Avaliação sobre providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário | 16 | 57% |
| Avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial | 14 | 50% |
| Avaliação do cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento | 13 | 46% |
| Avaliação do sistema de Controle Interno | 10 | 36% |
| Total dos órgãos que atendem à demandas do Tribunal de Contas | 28 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Logo, percebeu-se que 30 (trinta) órgãos, ou seja, 91% dos pesquisados, elaboram algum tipo de documento para o Tribunal de Contas. Dentre estes, contatou-se que os documentos mais comuns são: Pareceres de Auditoria (73%), Relatório de Controle Interno (67%) e Certificado de Auditoria (40%), conforme tabela a seguir:

Tabela 17: Distribuição dos órgãos de controle interno por produtos gerados para atendimento às demandas do Tribunal de Contas – 2012/2013

| Produtos | 2012/2013 | |
|---|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Parecer de Auditoria | 22 | 73% |
| Relatório de Controle Interno | 20 | 67% |
| Certificado de Auditoria | 12 | 40% |
| Total dos órgãos que elaboram documentos para o Tribunal de Contas | 30 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.5 DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS DA INTERNET E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

3.5.1 Site dos órgãos de controle interno

Dos órgãos pesquisados, apenas 07 (sete), o equivalente a 21%, não possui site. Dentre os 26 (vinte e seis) órgãos restantes que possuem site, 79% referem-se a sítios principais, enquanto apenas 21% são subsítios. Ademais, apenas 01 (um) órgão dentre os que possuem site, alegou não estar contemplado no portal do estado a que pertence, conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 18: Utilização da internet pelos órgãos de controle interno - Brasil – 2012/2013

| Órgão | Possui site próprio? | Está contemplado no portal do ente federado a que pertence? | Endereço eletrônico do Site | |
|--|----------------------|---|---|----|
| Acre | Não | Não possui site | Não possui site | |
| Alagoas | Sim | Sim | www.controladoria.al.gov.br | |
| Amapá | Sim | Sim | www.auditoria.ap.gov.br | |
| Amazonas | Sim | Sim | www.cge.am.gov.br | |
| Bahia | Não | Não possui site | Não possui site | |
| Ceará | Sim | Sim | www.cge.ce.gov.br | |
| Distrito Federal | Sim | Sim | www.stc.df.gov.br | |
| Espírito Santo | Sim | Sim | www.secont.es.gov.br | |
| Goiás | Sim | Sim | www.cge.go.gov.br | |
| Maranhão | Sim | Sim | www.cge.ma.gov.br | |
| Mato Grosso | Sim | Sim | www.auditoria.mt.gov.br | |
| Mato Grosso do Sul | Sim | Sim | www.agem.ms.gov.br | |
| Minas Gerais | Sim | Não | www.controladoriageral.mg.gov.br | |
| Pará | Sim | Sim | www.agem.pa.gov.br | |
| Paraíba | Sim | Sim | www.cge.pb.gov.br | |
| Paraná | Sim | Sim | www.controleinterno.pr.gov.br | |
| Pernambuco | Sim | Sim | www.cge.pe.gov.br | |
| Piauí | Sim | Sim | www.cge.pi.gov.br | |
| Rio de Janeiro | Sim | Sim | www.fazenda.rj.gov.br | |
| Rio Grande do Norte | Sim | Sim | www.control.rn.gov.br | |
| Rio Grande do Sul | Sim | Sim | www.transparência.rs.gov.br | |
| Rondonia | Sim | Sim | www.cge.ro.gov.br | |
| Roraima | Sim | Sim | www.cge.rr.gov.br | |
| Santa Catarina | Não | Não possui site | Não possui site | |
| São Paulo | Sim | Sim | www.corregedoria.sp.gov.br | |
| Sergipe | Sim | Sim | www.cge.se.gov.br | |
| Tocantins | Sim | Sim | www.cge.to.gov.br | |
| Município Belém | Não | Não possui site | Não possui site | |
| Município de Maceió | Não | Não possui site | Não possui site | |
| Município de Porto Velho | Não | Não possui site | Não possui site | |
| Município do Rio Branco | Não | Não possui site | Não possui site | |
| Município do Rio de Janeiro | Sim | Sim | http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm/ | |
| Município de Vitória | Sim | Sim | http://www.vitoria.es.gov.br/cgm.php | |
| Órgãos que possuem site | | | | 26 |
| Órgãos que não possuem site | | | | 7 |
| Total dos órgãos que responderam a questão | | | | 33 |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.5.2 Informações disponibilizadas pelos sites dos órgãos de controle interno

Dos 26(vinte e seis) órgãos que possuem site, todos informaram disponibilizar notícias e informativos, bem como canais de acesso a outros sites. Dos links disponibilizados para outros sites, 76% referem-se à página da Controladoria Geral da União (CGU), 72% ao Tribunal de Contas do Estado a que pertencem, 68% dão acesso ao Conaci. Todavia, apenas 36% divulgam os sites dos órgãos centrais de Controle Interno dos membros integrantes do Conaci, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 19: Links para outros sites disponibilizados pelos órgãos de controle internos - Brasil – 2012/2013

| Links | 2012/2013 | |
|--|------------|-----|
| | Frequência | % |
| Controladoria Geral da União – CGU | 19 | 76% |
| Tribunal de Contas do Estado – TCE | 18 | 72% |
| Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI | 17 | 68% |
| Assembleia Legislativa do Estado | 13 | 52% |
| Tribunal de Contas da União – TCU | 13 | 52% |
| Tribunal de Justiça do Estado – TJ | 9 | 36% |
| Outros órgãos centrais de Controle Interno dos membros do CONACI | 9 | 36% |
| Outros sites | 9 | 36% |
| Conselho de Corregedores dos órgãos do poder executivo estadual | 1 | 4% |
| Total dos órgãos que responderam a questão | 25 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

Ainda com relação às informações contidas nos sites dos órgãos de controle interno, todos os respondentes que possuem sites, isto é 26 (vinte e seis), além de disponibilizarem links para outros sites, também dispõem as informações institucionais sobre o órgão e notícias e informativos.

Ademais, 96% dos respondentes que são titulares de páginas na internet apresentam as estruturas administrativas a que pertencem. As legislações específicas (Leis, Portarias, Decretos, etc) e são divulgadas por 92% dos respondentes detentores de sites. Já informações sobre eventos e titulares das unidades do órgão estão presentes em 92% dos sites dos órgãos.

As publicações orientativas (artigos, monografias, manuais, cartilhas, etc) se fazem presentes em 65% dos sites. Menos da metade dos órgãos com endereços online (18%) exibem os produtos das auditorias (Relatórios, Certificados, Notas e outros), conforme disposto a seguir:

Tabela 20: Informações disponibilizadas nos sites dos órgãos de Controle Interno - Brasil – 2012/2013

| Links disponibilizados nos sites | 2012/2013 | |
|--|------------|------|
| | Frequência | % |
| Canais de acesso a outros sites na internet (links) | 26 | 100% |
| Informações institucionais sobre o órgão de controle interno | 26 | 100% |
| Notícias e Informativos | 26 | 100% |
| Estrutura administrativa do órgão | 25 | 96% |
| Legislação específica na área de Controle Interno (Leis, Portarias, etc) | 24 | 92% |
| Informações acerca dos titulares das unidades do órgão | 22 | 85% |
| Informações sobre eventos (seminários, encontros e outros) | 22 | 85% |
| Publicações (artigos, monografias, manuais, cartilhas, etc) | 17 | 65% |
| Espaço para avaliação dos serviços e informações | 12 | 46% |
| Produtos gerados (Relatórios, Certificados, Notas e outros) | 6 | 23% |
| Total dos órgãos que possuem site | 26 | |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.5.3 Serviços aos cidadãos disponibilizados nos sites dos órgãos de controle interno

Além de conteúdos, alguns sites também disponibilizam serviços aos usuários. Nesse sentido, 88% dos órgãos informaram possuir espaço em sites para interlocução com o usuário (“Fale conosco”) e 60% opção para denúncia, conforme disposto gráfico a seguir:

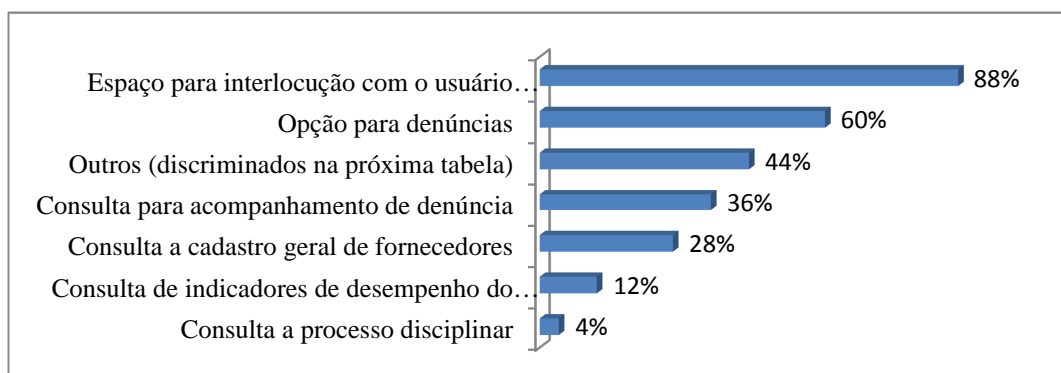


Gráfico 6 – Serviços aos cidadãos disponibilizados nos sites dos órgãos de controle interno

Fonte: Elaborado pelos autores

Os serviços menos frequentes entre os órgãos: consultas a cadastro de fornecedores (28%), consulta de indicadores de desempenho do governo (12%) e consulta a processo disciplinar (4%).

3.5.4 Canal de denúncias disponibilizado na internet

Considerando os 24 (vinte e quatro) órgãos que permitem o recebimento de denúncias, indagou-se quais conteúdos são fixados nas páginas por eles. Com isso, constatou-se, conforme tabela abaixo, que quase todos (79%) alegam colocar à disposição dos usuários formulário padrão para apresentação das denúncias; 75% ensinam como a denúncia deve ser feita; 71% alegaram explicar nos sites o que é o canal de denúncias e para que serve e 63% fixam nas páginas os links de acesso a outros órgãos ou entidades que devam receber denúncias.

Por outro lado, 58% não esclarecem quais as situações em que as denúncias devem ser encaminhadas a outros órgãos, nem o conteúdo da matéria objeto da denúncia e apenas 33% fornecem senha para acompanhamento das denúncias.

Tabela 21: Informações disponibilizadas, via internet, pelos órgãos de Controle acerca das denúncias recepcionadas - Brasil – 2013

| Órgão | O conteúdo da matéria objeto da denúncia? | O que é este canal de denúncias e para que serve? | Como deve ser feita a denúncia? | Como acompanhar a denúncia? | Situações em que as denúncias devem ser encaminhadas a outros órgãos? | Links de acesso a outros órgãos ou entidades que devam receber denúncias? | A existência de formulário-padrão para formulação da denúncia? | O fornecimento de senha para o acompanhamento de denúncias? |
|----------------------------------|---|---|---------------------------------|-----------------------------|---|---|--|---|
| Acre | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Alagoas | Sim | Não | Sim | Não | Não | Não | Sim | Não |
| Amapá | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Amazonas | Sim | Sim | Sim | Sim | Não | Não | Sim | Não |
| Bahia | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Ceará | Não | Não | Sim | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
| Distrito Federal | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não |
| Espírito Santo | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Sim | Não |
| Goiás | Sim | Sim | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Sim |
| Maranhão | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Mato Grosso | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Mato Grosso do Sul | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Minas Gerais | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Pará | Sim | Não | Sim | Não | Não | Sim | Sim | Não |
| Paraíba | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não |
| Paraná | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Pernambuco | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Piauí | Não | Não | Não | Não | Não | Sim | Não | Não |
| Rio de Janeiro | Sim | Sim | Sim | Não | Não | Não | Sim | Não |
| Rio Grande do Norte | Sim | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Rio Grande do Sul | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Rondonia | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Não |
| Roraima | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não |
| Santa Catarina | Sim | Não | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Sim |
| São Paulo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não |
| Sergipe | Sim | Sim | Sim | Não | Não | Sim | Sim | Não |
| Tocantins | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Município de Belém | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Município de Maceió | Sim | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Município de Porto Velho | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Município do Rio Branco | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Município do Rio de Janeiro | Sim | Não | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Sim |
| Município de Vitória | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias | Não recebe denúncias |
| Órgãos que informam | 18 | 10 | 19 | 14 | 10 | 16 | 20 | 9 |
| Órgãos que não informam no site | 7 | 15 | 6 | 11 | 15 | 9 | 5 | 16 |
| Órgãos que recebem denúncias | | | | | | | | 25 |
| Órgãos que não recebem denúncias | | | | | | | | 8 |

Fonte: Elaborada pelos autores

3.5.5 Portal da transparência e procedimentos da LAI

Do total de entes federados representados pelos órgãos, todos possuem portal da transparência. No entanto, 69% dos órgãos de controle interno admitiram serem gestores do portal. Em relação aos procedimentos da LAI, 72% alegaram serem gestores das informações.

Tabela 22: Distribuição dos órgãos de controle interno por adequação e observância à Lei de Acesso à Informação - LAI e gestão do portal da transparência - Brasil – 2013/2012

| Órgão | O Estado possui portal de transparência? | O órgão de controle interno é gestor do portal de transparência? | O órgão de controle interno é gestor das informações e procedimentos da LAI? |
|---|--|--|--|
| Acre | Sim | Não | Não |
| Alagoas | Sim | Não | Sim |
| Amapá | Sim | Não | Não |
| Amazonas | Sim | Não | Sim |
| Bahia | Sim | Não | Não |
| Ceará | Sim | Sim | Sim |
| Distrito Federal | Sim | Sim | Sim |
| Espírito Santo | Sim | Sim | Não |
| Goiás | Sim | Sim | Sim |
| Maranhão | Sim | Não | Não |
| Mato Grosso | Sim | Sim | Sim |
| Mato Grosso do Sul | Sim | Não | Não |
| Minas Gerais | Sim | Sim | Sim |
| Pará | Sim | Sim | Sim |
| Paraíba | Sim | Sim | Sim |
| Paraná | Sim | Sim | Sim |
| Pernambuco | Sim | Sim | Sim |
| Piauí | Sim | Sim | Sim |
| Rio de Janeiro | Sim | Não | Não |
| Rio Grande do Norte | Sim | Não | Sim |
| Rio Grande do Sul | Sim | Sim | Não |
| Rondônia | Sim | Sim | Sim |
| Roraima | Sim | Sim | Sim |
| Santa Catarina | Sim | Sim | Sim |
| São Paulo | Sim | Sim | Sim |
| Sergipe | Sim | Sim | Sim |
| Tocantins | Sim | Sim | Sim |
| Município de Belém | Sim | Sim | Sim |
| Município de Maceió | Sim | Não | Sim |
| Município de Porto Velho | Sim | Não | Não |
| Município de Rio Branco | Sim | Sim | Sim |
| Município do Rio de Janeiro | Sim | Sim | Não |
| Município de Vitória | Sim | Sim | Sim |
| Total dos órgãos que responderam a questão | | | 28 |

Fonte: Elaborada pelos autores

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de atualização de dados sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos Centrais de Controle Interno - membros do CONACI - foi possível observar grandes avanços em todo o contexto pesquisado, não deixando de registrar, que ainda há muito para ser desenvolvido, visto que a sociedade e as ferramentas tecnológicas se encontram em permanente evolução, motivo pelo qual os profissionais desta área necessitam persistir na atualização das formas de gerenciamento e aplicação das metodologias existentes.

De forma positiva verifica-se a predominância dos órgãos de controle no primeiro escalão do Governo, sendo bem vindas, também, as regulamentações, ocorridas nesta década, de 03 (três) Controladorias e 01 (uma) Secretaria de Controle Interno, que aconteceram entre 2011 e 2013, podendo ser retratadas como o resultado de um contínuo esforço dos dirigentes e profissionais e, ainda, de seus governantes, que propiciaram esta legalização e fortalecimento das suas instituições.

Observou-se a implementação de *sites* principais e de subsítios, onde são disponibilizados, em maior escala, conteúdos relativos à própria instituição, sua estrutura administrativa, legislações específicas, notícias e informativos. No entanto, faz-se necessário, ainda, maior divulgação dos produtos resultantes dos trabalhos realizados e maior interação com o cidadão, que vem buscando, cada vez mais, participar ativamente das decisões governamentais através do Controle Social, buscando, ainda, por meio de denúncias, soluções para problemas por ele identificados.

Outro fator positivo é que, vencidas as dificuldades iniciais para a implantação dos procedimentos e adequação aos ditames da Lei de Acesso à Informação, existe, na quase totalidade dos entes pesquisados, o Portal da Transparência, algumas vezes gerido por outros órgãos que não o de controle interno, despontando com relevância no atendimento às demandas do cidadão e de toda a comunidade.

Destaca-se por final, a atuação da maioria dos Órgão de Controle Interno, no exercício das quatro macrofunções: Ouvidoria, Controladoria, Auditoria Governamental e Correição, que, embora ainda não tenha havido formalização em alguns entes, membros do CONACI, já se fazem presentes de maneira bem representativa em suas atividades, agindo prioritariamente na apuração de denúncias e irregularidades; no apoio ao controle externo e no estímulo a transparência e controle social; na realização de auditorias e monitoramento das suas recomendações; e na atuação preventiva para redução de ilícitos funcionais, dentre outras tantas tarefas. Importante se faz atentar para o fortalecimento contínuo de áreas de prevenção e combate à corrupção, atuando com grande rigidez e fiscalização constantes e em conjunto com toda a sociedade.

Ao finalizar este Relatório, o grupo de trabalho instituído pelo CONACI agradece a confiança depositada e espera ter fornecido subsídios para um constante aperfeiçoamento das políticas voltadas para as ações de controle interno e de auditoria na esfera governamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei nº 4320 – estatui Normas Gerais de Direito Financeiro. 1964.

BRASIL. Decreto Lei 200. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa. 1967.

BRASIL. Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal. 2000.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Contabilidade, Orçamento e Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BATISTA, Daniel Gerhard. **Manual de Controle e Auditoria: com ênfase na gestão de recursos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2011

Diretrizes para o Controle Interno no Setor Público. Conaci. Brasil, 2010.

Discussão n. 17, Brasília: MARE/ENAP, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gomes, Ana Paula. **Elementos de Auditoria Governamental**. Brasil: Elsevier, 2011.

MACHADO, Eugenio Manuel da Silva. **Conselho Nacional de Controle Interno: Uma breve exposição**. Rio de Janeiro: Revista Conselho Regional de Contabilidade, 2012.

Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Brasil, 2001
Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/legislacao/arquivos/instrucoesnormativas/in0106abr2001.pdf>> Acessado em: 16 jun. 2013.

NEVES, Wanderlei Pereira. **O controle interno ea auditoria interna governamental: diferenças fundamentais**. 2000. Disponível em: <<http://www.ascisc.org.br/boletim/Artigos/ARTIGO%20%20AUDITORIA%20INTERNA%20E%20%20CONTROLE%20INTERNO.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013

Proposta de Anteprojeto das Normas de Auditoria Governamental - NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo. 2010. Disponível em: <http://www.controlepublico.org.br/files/Proposta-de-Anteprojeto-NAGs_24-11.pdf>. Acessado em: 16 jun. 2013.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. **Controle interno e paradigma gerencial. Texto para discussão**.

SILVA, Lino Martins da. **Análise do Sistema de Controle Interno Passado–Presente–Futuro**.

TERUEL, Evandro Carlos. **Principais ferramentas utilizadas na auditoria de sistemas e suas características**. 2010. Disponível em: <<http://centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/anais/2010/Trabalhos/gestao-e-desenvolvimento-de-tecnologias-da-informacaoaplicadas/Trabalhos%20Completo/TERUEL,%20Evandro%20Carlos.pdf>> Acessado em: 16 jun. 2013.

GLOSSÁRIO

AUDITADO: entidade da administração direta e indireta, funções, subfunções, programas, ações (projetos, atividades e operações especiais), áreas, processos, ciclos operacionais, serviços, sistemas e demais responsáveis pela guarda e aplicação de recursos públicos, que seja objeto de auditoria governamental.

AUDITORIA DE GESTÃO: esse tipo de auditoria objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO: realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.

AUDITORIA CONTÁBIL: compreende o exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto. Objetivam obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. Tem por objeto, também, verificar a efetividade e a aplicação de

recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos com vistas a emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.

AUDITORIA OPERACIONAL: consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial. Este tipo de procedimento auditoria, consiste numa atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas dos atos e fatos administrativos, sendo desenvolvida de forma tempestiva no contexto do setor público, atuando sobre a gestão, seus programas governamentais e sistemas informatizados.

AUDITORIA ESPECIAL: objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente. Classifica-se nesse tipo os demais trabalhos auditoriais não inseridos em outras classes de atividades.

AUDITORIA DE SISTEMAS: consiste na avaliação dos sistemas de informação e dos recursos tecnológicos que englobam o processo de geração, guarda e disponibilização da informação. A função da auditoria de sistemas é promover a adequação, revisão, avaliação e recomendações para o aprimoramento dos controles internos em qualquer um dos sistemas de informação da empresa, bem como avaliar a utilização dos recursos humanos, materiais e tecnológicos envolvidos no processamento dos mesmos.

CONTROLE EXTERNO⁷: nos termos da Constituição Federal, é o controle exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio técnico dos Tribunais de Contas, sobre as atividades orçamentária, contábil, financeira, econômica, operacional e patrimonial dos Poderes Executivo, Judiciário, do próprio Poder Legislativo e do Ministério Público, e de suas entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade dos atos praticados pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores público

CONTROLADORIA: é a função do controle interno que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações, de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.

CORREIÇÃO: é a função do controle interno que tem por finalidade apurar os indícios de ilícitos praticados no âmbito da administração Pública, e promover a responsabilização dos envolvidos, pro meio da instauração de processos de adoção de procedimentos, visando inclusive o ressarcimento nos casos em que houver dano ao erário.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL: é a função de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos órgãos e entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade bem como a aplicação de recursos por pessoas físicas ou jurídicas.

OUIDORIA: é a função de controle interno, que tem por finalidade fomentar o controle social e a participação popular, por meio do recebimento, registro e tratamento de denúncias e manifestações do cidadão sobre serviços prestados à

⁷ Definição retirada do Projeto de Normas de Auditoria Governamental

sociedade e a adequada aplicação dos recursos públicos, visando à melhoria da sua qualidade, eficiência, resolubilidade, tempestividade equidade.

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA: ações, atos e técnicas sistematicamente ordenados, em sequência racional e lógica, a serem executados durante os trabalhos, indicando ao profissional de auditoria governamental o que e como fazer para realizar seus exames, pesquisas e avaliações, e como obter as evidências comprobatórias necessárias para a consecução dos objetivos dos trabalhos e para suportar a sua opinião.

RELATÓRIO DE AUDITORIA: documento técnico obrigatório de que se serve o profissional de auditoria governamental para relatar suas constatações, análises, opiniões, conclusões e recomendações sobre o objeto da auditoria, que deve obedecer a normas específicas quanto à forma de apresentação e objetivos.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: é o conjunto de órgãos, funções e atividades, articulado por um órgão central de coordenação, orientados para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição e normatizadas em cada Poder e esfera de governo.

TRIBUNAL DE CONTAS: órgão constitucional que auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle externo, objetivando assegurar e promover o cumprimento da accountability no setor público, incluindo-se o apoio e o estímulo às boas práticas de gestão. Ao realizar auditorias governamentais o TC tem os seguintes objetivos específicos: (a) Verificar o cumprimento da legislação pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública. (b) Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais. (c) Analisar os objetivos, a natureza e a forma de operação dos entes auditados. (d) Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia. (e) Avaliar os resultados dos programas de governo ou, ainda, de atividades, projetos e ações específicas, sob os aspectos de efetividade e de

equidade. (f) Recomendar, em decorrência de procedimentos de auditoria, quando necessário, ações de caráter gerencial visando à promoção da melhoria nas operações

ANEXO - QUESTIONÁRIO

| Identificação | |
|---|------------------|
| Unidade Federativa ou Município: | |
| Responsável pelas respostas: | |
| E-mail: | Telefone: |

1) Em qual escalão o órgão de controle interno está inserido?

- 1º Escalão – Secretaria ou equivalente
- 2º Escalão – Subsecretaria ou equivalente
- 3º Escalão – Departamentos ou órgãos vinculados a subsecretarias

2) Como está constituído o órgão de controle interno na estrutura governamental?

- Secretaria
- Órgão com status de Secretaria
- Unidade vinculada à Secretaria da Fazenda
- Unidade vinculada à Casa Civil
- Unidade vinculada à Governadoria ou equivalente
- Outros: _____

3) Qual a nomenclatura adotada pelo órgão de controle interno?

- Controladoria-Geral do Estado (ou do Município)
- Auditoria-Geral do Estado (ou do Município)
- Outros: _____

4) Qual a nomenclatura do cargo/função ocupado pelo dirigente máximo do órgão de controle interno?

- Auditor Geral
- Controlador Geral
- Secretário
- Outros: _____

5) Que instrumento legal determinou a criação do órgão de controle interno? Especifique-o com número e data.

- Lei _____
- Decreto _____
- Outros: _____

6) Que instrumento legal rege, atualmente, o órgão de controle interno? Especifique-o com número e data.

- Lei _____
- Decreto _____
- Outros: _____

7) Que instrumento legal regulamenta, atualmente, a estrutura orgânica do órgão de controle interno? Especifique-o com número e data.

- Lei _____
- Decreto _____
- Outros: _____

8) As atividades de auditoria são desempenhadas, predominantemente, de forma:

- Centralizada - executada, exclusivamente, por servidores em exercício no órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo
- Descentralizada - executada, exclusivamente, por servidores em exercício nos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo

- Integrada - executada, conjuntamente, por servidores em exercício no órgão central e setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo
- Compartilhada - coordenada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo com o auxílio de órgãos/instituições públicas ou privadas
- Terceirizada - executada por organização não governamental, ou por empresas privadas que desenvolvam atividades de fiscalização

9) Qual(is) área(s) de atuação do órgão de controle interno:

- Auditoria Governamental
- Controladoria
- Corregedoria
- Ouvidoria
- Prevenção e Combate à Corrupção
- Contabilidade
- Outros _____

10) Quais macrofunções estão organizadas formalmente, em departamentos ou equivalentes, na estrutura do órgão de controle interno:

- Auditoria Governamental
- Controladoria
- Corregedoria
- Ouvidoria
- Prevenção e Combate à Corrupção
- Contabilidade
- Outros _____

11) Quais são as atividades de Controladoria realizadas pelo órgão de controle interno, observadas as diretrizes para o Controle Interno no Setor Público publicadas pelo CONACI?

- Acompanhar a execução de programas de governo e políticas públicas
- Apoiar o controle externo
- Avaliar, normatizar e orientar sobre mecanismos do controle interno
- Efetuar exame prévio sobre a regularidade dos atos de gestão
- Elaborar normas e orientações para uniformizar procedimentos
- Estimular transparência e controle social
- Monitorar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais
- Monitorar o equilíbrio das contas públicas, identificando os riscos
- Opinar previamente sobre contratação de auditorias externas
- Realizar exames prévios dos processos de admissão, aposentadoria e pensão
- Outras _____

12) Quais são as atividades de Correição realizadas pelo órgão de controle interno observado também as Diretrizes do Controle Interno no Setor Público do CONACI?

- Realizar diligências iniciais para apuração “de ofício” ou por manifestações, representações ou denúncias recebidas
- Articular-se com unidades de correição dos órgãos e entidades do Poder Executivo
- Propor, orientar, coordenar e aperfeiçoar as atividades de análise processual e aperfeiçoamento disciplinar
- Promover a divulgação de normas que integram o regime disciplinar do servidor público
- Gerar informações que favoreçam análises de riscos
- Atuar, preventivamente, com base nas informações resultantes dos procedimentos apuratórios, a fim de aprimorar a gestão pública e reduzir a ocorrência dos ilícitos funcionais

- Estabelecer medidas para o aperfeiçoamento do regime disciplinar e a instauração de procedimentos de correição para apuração de irregularidades
- Promover a orientação técnica às comissões sindicantes e processantes designadas para apuração de irregularidades nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo
- Promover correições gerais ou parciais em comissões de procedimentos administrativos que estejam sob sua subordinação
- Promover e realizar pesquisas, análises, desenvolvimento, adaptação, e difusão de tecnologias de correição
- Garantir aos servidores de controle interno a segurança pessoal adequada ao exercício das suas atividades
- Outras _____

13) Quais as atividades de Ouvidoria realizadas pelo órgão de controle interno, observadas as diretrizes para o Controle Interno no Setor Público publicadas pelo CONACI?

- Propor modificações nos procedimentos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos
- Verificar causas de reclamações, sua pertinência e identificar os meios para sanar os problemas no âmbito de sua competência
- Receber e analisar críticas, elogios e sugestões quanto à efetividade de mecanismos de controle tendo em vista o seu aperfeiçoamento
- Ouvir a sociedade e intermediar a relação entre o cidadão e a administração pública, permitindo o registro ou a publicidade de sugestões, denúncias, ou reclamações, contra os agentes públicos
- Treinar e capacitar ouvidores
- Incentivar a cooperação dos servidores da entidade pública envolvida nas queixas dos cidadãos
- Receber e apurar denúncia, feitas pelos cidadãos, de irregularidades na administração pública
- Estabelecer estrutura para identificar o interesse do cidadão
- Organizar e coordenar consultas e audiências públicas no âmbito de sua competência
- Responder e orientar os dirigentes dos órgãos e entidades quanto à prática de determinados procedimentos, no sentido de prevenir irregularidades
- Outras _____

14) Quais as atividades de Prevenção e Combate a Corrupção realizadas pelo órgão de controle interno, observadas as diretrizes para o Controle Interno no Setor Público publicadas pelo CONACI?

- Acompanhar a divulgação, na mídia especializada, de informações sobre atos e fatos apresentados como ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos
- Acompanhar a implementação das convenções e dos compromissos assumidos pelo Brasil que tenham como objeto e prevenção e o combate à corrupção
- Apurar os atos e fatos divulgados ou denunciados como ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização dos recursos públicos distritais
- Elaborar manuais
- Pesquisar e estudar o fenômeno da corrupção, consolidando e divulgando os dados e conhecimentos obtidos
- Promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de prevenção da corrupção e o cruzamento e a troca de informações estratégicas
- Propor e executar ações que estimulem a mobilização popular e a participação dos cidadãos no controle social
- Propor e executar projetos e ações que contribuam para o incremento da transparência e da integridade na gestão pública
- Propor medidas contra a disseminação não autorizada de conhecimentos e informações sigilosas ou estratégicas
- Propor medidas que previnam danos ao patrimônio público
- Responder e orientar os dirigentes dos órgãos quanto à prática de procedimentos específicos de sua área de atuação para prevenir irregularidades

- Treinar e capacitar membros da sociedade civil
- Treinar e capacitar servidores públicos do Estado
- Outras _____

15) Quais as atividades de Contabilidade realizadas pelo órgão de controle interno ?

- Exercer as atividades de supervisão da contabilidade
- Elaborar a prestação de contas do Governo
- Elaborar a prestação de contas das transferências constitucionais
- Manter o plano de contas
- Atualizar o Plano de Contas aos novos padrões (Novo PCASP)
- Exercer atividades de execução da contabilidade do seu estado
- Elaborar demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
- Gerenciar sistema de contabilidade do setor governamental
- Outras _____

16) Quais são as atividades de Auditoria governamental desempenhadas pelo órgão de controle interno, observadas as diretrizes para o Controle Interno no Setor Público publicadas pelo CONACI?

- Acompanhar a programação financeira dos órgãos e entidades
- Analisar minuta de editais e contratos
- Apurar os atos e fatos divulgados ou denunciados como ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos
- Avaliar execução orçamentária utilizando parâmetros (metas e indicadores).
- Avaliar os resultados da gestão
- Avaliar os riscos de auditoria e elaborar matriz de risco
- Comprovar a legalidade dos atos de gestão
- Elaborar certificado de auditoria em tomada de contas especial
- Elaborar o plano de auditoria
- Elaborar relatório anual sobre as contas de governo
- Elaborar relatório de avaliação das contas anuais de exercícios financeiros dos administradores e gestores dos órgãos e entidades
- Elaborar relatórios, pareceres, certificados, notas técnicas e outros instrumentos de comunicação de auditoria
- Fiscalizar o cumprimento da LRF e de índices legais
- Monitorar recomendações sugeridas
- Realizar Tomadas de Conta Especial
- Realizar trabalhos de auditorias especiais
- Supervisionar o sistema de controle interno
- Outras _____

17) O órgão estabeleceu a missão, visão e valores a serem adotados?

- Sim
- Não

18) O órgão de controle interno elabora planejamento estratégico?

- Sim
- Não

19) Quais os tipos de auditorias regulares realizadas pelo órgão de controle interno?

- Auditoria Contábil
- Auditoria de Gestão
- Auditoria Operacional
- Auditoria de Sistemas
- Outras: _____

20) Quais atividades de Auditoria Contábil são realizadas pelo órgão de controle interno?

- Relatório Anual de Avaliação da Execução Orçamentária
- Auditoria das Demonstrações Contábeis

- Relatório de Gestão Fiscal
- Outras: _____

21) Quais atividades de Auditoria de Gestão são realizadas pelo órgão de controle interno?

- Avaliação da eficácia da ação governamental
- Avaliação de programas governamentais
- Avaliação de termos de parceria (OSCIP, PPP e Acordo de Resultados)
- Exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas
- Verificação da existência física de bens e outros valores
- Gestão orçamentária
- Convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres
- Licitação e contratos
- Receitas públicas
- Gestão financeira
- Gestão de bens e direitos
- Gestão de obrigações
- Gestão contábil
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP
- Parceria Público-Privada (PPP)
- Gestão de recursos humanos
- Gestão fiscal
- Processos judiciais
- Prestação de Contas de Exercício (Conforme Instrução Normativa do TCE)
- Outras: _____

22) Quais atividades de Auditoria Operacional são realizadas pelo órgão de controle interno?

- Verificação de conformidade e regularidade
- Avaliação de controles internos
- Estrutura organizacional
- Instrumentos de planejamento
- Outras: _____

23) Quais atividades de Auditoria de Sistemas são realizadas pelo órgão de controle interno?

- Avaliação da segurança lógica e a confidencialidade nos sistemas desenvolvidos
- Avaliação da eficácia dos serviços prestados pela área de informática
- Avaliação da eficiência na utilização dos diversos computadores existentes
- Avaliação da segurança do sistema
- Outras: _____

24) Qual(is) critério(s) adotado(s) para a definição das auditorias realizadas?

- Áreas de vulnerabilidade por deficiências de mecanismos de controle
- Áreas específicas sem receber auditoria por expressivo tempo
- Demandas de dirigente para inclusão no planejamento de auditoria
- Demandas oriundas do planejamento estratégico do estado
- Denúncias e matérias veiculadas pela imprensa
- Frequência de inconformidades em áreas específicas
- Impacto para o cidadão e volume de recursos
- Metodologia baseada em risco
- Relevância dos programas e projetos
- Relevância orçamentária e financeira
- Volume de contratos e transações
- Outros: _____

25) Qual(is) origem(ns) da realização das auditorias de natureza extraordinária?

- Demanda de dirigentes de órgãos e entidades
- Demandas do Poder Judiciário
- Demandas do Poder Legislativo
- Demandas especiais do governo

- Denúncias por meios de canais oficiais disponibilizados aos cidadãos
- Ministério Público e Tribunal de Contas
- Veiculação na mídia de indícios de supostas irregularidades
- Outras: _____

26) Em relação ao momento em que são realizadas as auditorias planejadas, ocorreria(m) de forma(s):

- Prévia
- Concomitante
- A posteriori

27) Em relação ao momento em que são efetivamente realizadas as auditorias, qual é a forma predominante:

- Prévia
- Concomitante
- A posteriori

28) Quais etapas que compõem os processos de auditorias realizadas pelo órgão de controle interno?

- Pré-auditoria
- Plano de auditoria
- Apresentação da equipe de auditoria e dos trabalhos a serem feitos no órgão ao auditado
- Execução de auditoria
- Comunicação prévia dos resultados para manifestação do auditado
- Comunicação do resultado final (Relatório)
- Monitoramento do trabalho de auditoria
- Outros _____

29) Quais metodologias são adotadas na realização dos trabalhos de auditoria?

- Amostragem estatística
- Confirmação Externa (Circularização)
- Entrevista
- Fluxograma
- Indicadores de auditoria
- Matriz de risco
- Pesquisas de mercado
- Pesquisas na internet
- Planejamento de auditoria
- Plano de ação
- Programa de auditoria (roteiros, questionários, check-list, etc)
- Uso de banco de dados financeiros e fiscais
- Verificações in loco

30) Qual(is) metodologia(s), nos padrões internacionais para gerenciamento dos controles internos, o órgão adota?

- COSO
- INTOSAI
- Não adota
- Outras: _____

31) Quais os produtos gerados pelo órgão de controle interno?

- Carta de Recomendações
- Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial
- Certificado de Auditoria
- Material para disponibilizar em site
- Nota de Auditoria
- Nota Técnica
- Parecer Técnico

- Relatório de auditoria sobre Tomada de Contas Especial
- Relatório de auditoria
- Relatório de Avaliação de Efetividade
- Relatório de Avaliação do Impacto dos Programas Governamentais
- Relatório de Pré-Auditoria
- Relatório parcial de auditoria
- Outros _____

32) Qual(is) o(s) destino(s) dos produtos gerados pelo seu órgão de controle interno?

- Chefe do Poder Executivo
- Ministério Público
- Órgão ao qual a entidade auditada está vinculada
- Órgão ou entidade auditado
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo
- Procuradoria-Geral do Estado
- Tribunal de Contas do Estado
- Site da Transparência
- Site do Órgão de Controle Interno
- Outros _____

33) Defina o percentual médio ou aproximado de implementação das recomendações sugeridas pelo órgão de controle interno, conforme a escala a seguir:

- 81% a 100%
- 61% a 80%
- 41% a 60%
- 21% a 40%
- 11% a 20%
- Até 10%
- Recomendações não monitoradas

34) O órgão de controle interno atende demandas oriundas do Tribunal de Contas?

- Sim
- Não

35) Qual(is) a(s) natureza(s) das demandas oriundas do Tribunal de Contas?

- Ordinária
- Extraordinária

36) Com relação às demandas oriundas do Tribunal de Contas, quais os produtos gerados pelo órgão de controle interno?

- Certificado de Auditoria
- Parecer de Auditoria
- Relatório de Controle Interno
- Outros _____

37) Quais áreas são avaliadas pelo auditor para atender demandas do Tribunal de Contas?

- Não é realizada auditoria para atender às demandas do Tribunal de Contas
- Avaliação da conformidade da documentação
- Avaliação do cumprimento das determinações, ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas sobre as Contas de Gestão
- Avaliação do cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento
- Avaliação do cumprimento das recomendações que constam em relatórios de auditoria
- Avaliação do sistema de Controle Interno
- Avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
- Avaliação sobre providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário
- Verificação da legalidade dos atos de gestão do dirigente do órgão/entidade

Outras: _____

38) Qual a finalidade dos exames de auditoria realizadas para atender demandas do Tribunal de Contas?

- Não é realizada auditoria para atender às demandas do Tribunal de Contas
- Conformidade
- Desempenho/Resultados
- Economicidade.
- Regularidade
- Outras: _____

39) Que norma institui a elaboração do Relatório Anual que comporá a prestação de contas do chefe do Poder Executivo?

- Lei Complementar
- Lei ordinária
- Outras: _____

40) Qual(is) o(s) produtos(s) gerado(s) pelo órgão de controle interno para compor a prestação de contas do chefe do Poder Executivo?

- Relatório de avaliação anual de execução orçamentária
- Relatório de avaliação de programas de governo
- Relatório de avaliação do sistema de controle interno
- Parecer de auditoria
- Notas de auditoria
- Não geram produtos

41) Que itens compõem o escopo do Relatório Anual da Prestação de Contas do Governador?

- Avaliação de controles internos
- Convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres
- Desempenho institucional
- Dívida pública
- Efetividade dos programas de ações do governo
- Execução orçamentária, financeira e patrimonial
- Gestão Contábil
- Gestão de bens e direitos
- Gestão de obrigações
- Gestão de recursos humanos
- Gestão financeira
- Gestão Fiscal
- Licitações e contratos
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Parceria Público-Privada (PPP)
- Processos judiciais
- Receitas Públicas
- Regularidade da gestão (atendimento aos princípios que regem a administração pública)
- Resultado econômico-financeiro
- Resultado primário
- Vinculações constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal
- Outros _____

**42) Quanto à veiculação na internet, o sítio do controle interno:
Tem site próprio?**

Sim Não

Qual endereço eletrônico do Site? www._____

Está contemplado no portal do seu Estado/DF/Município? Sim Não

Qual a localização da página Sítio Principal Subsítio

43) Quanto à adequação/observância da Lei de Acesso à Informação – LAI:

O Estado possui portal de transparência? Sim Não

O órgão de controle interno é gestor do portal de transparência? Sim Não

O órgão de controle interno é gestor das informações e procedimentos da LAI? Sim Não

44) Quais os tipos de informação disponibilizados no site do órgão de Controle Interno?

- Manuais de Auditoria do seu órgão
- Instruções Normativas do seu órgão
- Canais de acesso a outros sites na internet (links)
- Espaço para avaliação dos serviços e informações disponibilizados no site de órgão
- Estrutura administrativa do órgão
- Informações institucionais sobre o órgão de controle interno
- Informações acerca dos titulares das unidades do órgão
- Informações sobre eventos (seminários, encontros e outros)
- Legislação específica na área de Controle Interno (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e outras)
- Notícias e Informativos
- Produtos (Relatórios, Certificados, Notas e outros) gerados pelo órgão de controle interno
- Publicações orientativas (artigos científicos, monografias, teses, manuais, cartilhas)
- Outras: _____

45) Qual(is) o(s) tipo(s) de serviços que o site disponibiliza para os usuários acessarem?

- Consulta a cadastro geral de fornecedores
- Consulta a processo disciplinar
- Consulta de indicadores de desempenho do governo
- Consulta para acompanhamento de denúncia
- Espaço para interlocução com o usuário (“Fale conosco”)
- Opção para denúncias
- Outros: _____

46) Considerando as prováveis denúncias recebidas pelo seu órgão de controle interno, são disponibilizadas, via internet, informações sobre:

O órgão recebe denúncias? Sim Não

O que é este canal de denúncia e para que serve? Sim Não

O conteúdo da matéria objeto da denúncia? Sim Não

Como deve ser feita a denúncia? Sim Não

Como acompanhar a denúncia? Sim Não

Situações em que as denúncias devem ser encaminhadas a Sim Não

outros órgãos?

- | | | |
|---|------------------------------|------------------------------|
| Links de acesso a outros órgãos ou entidades que devam receber denúncias? | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| A existência de formulário-padrão para formulação da denúncias? | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| O fornecimento de senha para o acompanhamento de denúncias? | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

47) Quais os Links para outros sites são disponibilizados pelo Controle Interno?

- Assembleia Legislativa do Estado
- Conselho de Corregedores dos órgãos do poder executivo estadual
- Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno— CONACI.
- Controladoria Geral da União – CGU
- Outros órgãos centrais de Controle Interno dos membros do CONACI
- Tribunal de Contas da União – TCU
- Tribunal de Contas do Estado – TCE
- Tribunal de Justiça do Estado – TJ
- Outros _____